



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO



LUIZ CEZAR LIMA JÚNIOR

GESTÃO AMBIENTAL DE ESPAÇOS VERDES URBANOS PÚBLICOS
PARA A PRÁTICA DE ESPORTES

SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
2017

LUIZ CEZAR LIMA JÚNIOR

**GESTÃO AMBIENTAL DE ESPAÇOS VERDES URBANOS PÚBLICOS
PARA A PRÁTICA DE ESPORTES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Dr. Antônio Menezes

**SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
2017**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE LAGARTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

L732g Lima Júnior, Luiz Cezar.
Gestão ambiental de espaços verdes urbanos públicos
para a prática de esportes / Luiz Cezar Lima Júnior;
orientador Antonio Menezes. – São Cristóvão, 2017.
63 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio
Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Gestão ambiental. 2. Esportes. 3. Espaço, sociedade
e meio ambiente. 4. Urbanização. I. Menezes, Antonio,
orient. II. Título.

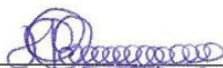
CDU 502.15

LUIZ CEZAR LIMA JÚNIOR

**GESTÃO AMBIENTAL DE ESPAÇOS VERDES URBANOS PÚBLICOS PARA
A PRÁTICA DE ESPORTES**

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
pelo Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2017



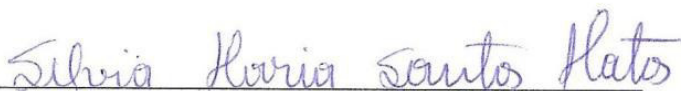
Prof. Dr. Antônio Menezes
(Orientador)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Universidade Federal de Sergipe



Prof. Dr. Cae Rodrigues
(Avaliador Interno)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Universidade Federal de Sergipe



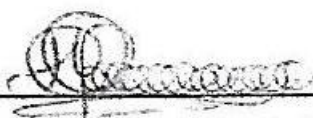
Prof.ª Dr.ª Sílvia Maria Santos Matos
(Avaliador Externo)

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, SEDETE

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.



Luiz Cezar Lima Júnior
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS



Prof. Dr. Antônio Menezes (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).



Prof. Dr. Antônio Menezes (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe – UFS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por iluminar meu caminho e me dar forças para seguir sempre em frente pelo dom da vida, por todas as preces atendidas, pelas forças enviadas e por todas as graças e conquistas alcançadas!

Aos meus pais pela educação base para minha vida e apoio nos meus estudos.

Minhas irmãs em especial a minha irmã gêmea, tenho sorte! Pois já nasci com uma melhor amiga e tenho certeza que não estarei só.

Agradeço ao meu orientador, Antônio Menezes, por sempre me impulsionar a vivenciar novos desafios a enxergar novas perspectivas e em seus ensinamentos.

Agradeço a minha namorada Maria Gabriela pelo amor, carinho e paciência nesse período de mestrado que soube me aturar.

Aos meus amigos de mestrado em especial a Marília e Murilho pela alegria, carinho experiências e discussões trocadas foram fundamentais para a construção do nosso conhecimento.

A todos os professores do PRODEMA por todo conhecimento transmitido, certamente agora eu sou um Educador Físico interdisciplinar.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos e à Universidade Federal de Sergipe.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é caracterizar e analisar a gestão ambiental de espaços verdes urbanos públicos destinados à prática de esportes. A pesquisa é do tipo exploratório-descritivo, documental e formulada a partir da análise de conteúdo. Os instrumentos de coleta de dados foram conversas informais e entrevista semidirigida em torno de planos, projetos e/ou programas relacionados à política pública municipal de gestão ambiental, indissociada da prática de esportes. Os resultados da pesquisa demonstram a existência de gestão ambiental, planejamento e execução de políticas públicas para prática de esporte em área verde dentro de espaços públicos urbanos na cidade de Aracaju. A gestão ambiental é desenvolvida com base em princípios burocráticos de governo. Destacam-se: (a) existe equipe multidisciplinar atuando em setores estratégicos da administração pública municipal; (b) existe relativa autonomia de decisão, principalmente, com relação a planos, projetos e programas de educação ambiental; (c) a qualidade de vida constitui-se como mote comum entre os gestores ambientais; (d) existe falta de gestão de conhecimento dentro dos órgãos ligados ao tema, ou seja, o acesso as informações sobre projetos, planos e programas torna-se bastante dificultado; (e) a prática de esportes em áreas verdes do espaço público não possui uma definição de interesse central para os gestores.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização. Esportes. Gestão Ambiental

ABSTRACT

This research characterizes the environmental management of public urban green spaces destined to the practice of sports. The research is exploratory-descriptive, documental and formulated from content analysis. The instruments of data collection were informal conversations and semi-structured interviews around plans, projects and / or programs related to the municipal public policy of environmental management, indissociated from the practice of sports. The results of the research demonstrate the existence of environmental management, planning and execution of public policies to practice sports in green areas within urban public spaces in the city of Aracaju. Environmental management is developed based on bureaucratic principles of government. The following stand out: (a) there is a multidisciplinary team working in strategic sectors of the municipal public administration; (b) there is relative autonomy of decision, mainly, in relation to environmental education plans, projects and programs; (c) quality of life is a common theme among environmental managers; (d) there is a lack of knowledge management within the bodies involved, that is, access to information on projects, plans and programs becomes very difficult; (e) the practice of sports in green areas of the public space does not have a definition of central interest for managers.

KEYWORDS: Urbanization. Sports. Environmental management

LISTA DE SIGLAS

CADES	Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CONDURB	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
ENSURB	Empresa Municipal de Serviços Urbanos
IDA's	Índices de Densidade de Arbórea
ISA's	Índices de Sombreamento Arbóreo
PCA	Porcentagem de Cobertura Arbórea
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PMARB	Plano Municipal de Arborização Urbana
SEMA	Secretária Municipal de Meio Ambiente
SEMEL	Secretária de Esporte e Lazer
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SETESP	Secretária do Estado do Turismo e Esporte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
MATERIAIS E MÉTODOS DA PESQUISA	06
RESULTADOS E DISCUSSÕES	10
CONCLUSÕES	37
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	51

INTRODUÇÃO

A pesquisa em meio ambiente e desenvolvimento engloba uma complexidade de fatores, decisões, contextos e particularidades sociais, culturais, humanas, ecológicas, educacionais, tecnológicas, econômicas, políticas, dentre outras dimensões e elementos (CAVALCANTI, 1997; SACHS, 1993; TEIXEIRA, 2006; TUAN, 2012; SAYAGO e PINTO, 2005). Os espaços urbanos e as áreas verdes não são isolados das influências de tal complexidade (VIEIRA, 2004; BENINI, 2011; AMORIM, 2001; BARTALINI, 1986). As problemáticas ecológicas e culturais, tornam-se, cada vez mais, importantes fatores de decisão no âmbito da administração pública de cidades, incluindo-se, a gestão socioambiental estratégica (NASCIMENTO et al, 2008). Nesse sentido, a gestão ambiental de espaços verdes urbanos públicos, constitui-se como um desafio e como pauta pública inadiável na contemporaneidade.

A gestão ambiental torna-se indispensável no gerenciamento das cidades (MENDONÇA e LIMA, 2000; MILANO, 1993; MINAYO, HARTZ e BUSS, 2000). Por mais que se compreenda a gestão ambiental a partir de modelos ou sistemas de gestão, oriundos da Administração de empresas e de corporações (CHIAVENATO, 2003), em Ciências Ambientais, a gestão ambiental é demarcada pela superação dos aspectos simplórios, considerados, apenas, como instrumentais ao processo de gerenciamento empresarial (HAQ, 2011; MILLER-JÚNIOR, 2008; ACSELRAD, 2013). Gestão ambiental, trata-se de um ramo específico em Ciências Ambientais que se consolida ao longo dos últimos trinta anos na produção de pesquisas em diferentes partes do mundo (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2004; AZADI et al., 2011; BARBIRATO, SOUZA e TORRES, 2007; BEDIMO, MOWEN e COHEN, 2005; CARVALHO e BRAGA, 2001). Não é apenas o simples processo de planejar e executar, mas, avaliar, inferir e intervir em relações ecológicas, que estão além das simples regulações entre pessoas de instituições econômicas e produtivas (CARVALHO, 1999; TORO e WERNECK, 2007; SANTOS,

1979, 1988 e 1997). As transformações no espaço urbano afetam diretamente a dinâmica entre as diferentes populações (humanas e não humanas) que nele estão inseridas (SANTOS, 1996). É indiscutível que as cidades passaram por rápidas mudanças dado o processo incessante de urbanização. Para SANTOS (1979) a urbanização resulta de processos historicamente determinados como localização geográfica seletiva das forças produtivas e das instâncias sociais.

Nesse sentido, a cidade não pode ser vista meramente como um espaço físico (SILVA, 2003; ADRIANO et al., 2000; SPOSITO, 2001; CARVALHO e BRAGA, 2001). Também, não é uma construção artificial que agrupa pessoas, construções, circulação e produção econômica e política. Para PARK (1973: 26) “[...] é envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõe; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana”.

A urbanização está indissociada da explosão demográfica ocorrida nos últimos cinquenta anos do século XX (BRITO, HORTA e AMARAL, 2010; CORRÊA, 2003). Para esses autores são inúmeros os efeitos do crescimento populacional e da concentração demográfica em espaços urbanos. Eles destacam que entre 1950 e 2000, a população urbana no Brasil saltou de 18.782.891 habitantes para 137.697.439 habitantes. Esse dado produz reflexões sobre o efeito multiplicador médio de 7,33 vezes no período, de modo que prossegue com uma taxa média anual de crescimento de 4,1% e um incremento real médio anual de 2.378.291 habitantes. Essa “bolha demográfica” deflagra um aumento considerável de problemas sociais cujas expressões afetam diretamente o meio ambiente e o desenvolvimento de cidades. Assim, a qualidade de vida dos habitantes urbanos e o ambiente urbano são, portanto, elementos centrais nos estudos contemporâneos de economia, sociedade e desenvolvimento.

Entende-se o crescimento das cidades como processo dinâmico que envolve uma diversidade de demandas de espaços para usos urbanos numa ótica sustentável (GUERRA, 2005; NUCCI, 2001; VELHO, 1973; SILVA, 2003). Envolve moradias, indústrias, serviços públicos, infraestrutura (tratamento de água e esgoto, produção de energia), construção das malhas de transporte, áreas de recreação dentre outros elementos (SILVA, 2008). Efetivamente, o conjunto de práticas acima descritas provoca, sem dúvidas, crescente pressão nas paisagens culturais e naturais das cidades (ARAÚJO et al., 2006; BARTALINI, 1986). Ocasiona o surgimento de desafios de implementação de planos, projetos e/ou programas destinados à gestão ambiental de espaços públicos em espaços verdes urbanos por parte do poder executivo.

Os espaços verdes urbanos são importantes espaços de minimização da problemática socioambiental na gestão das cidades (BARTALINI, 1986; BENINI, 2011; CAVALHEIRO, 1999; CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992). Isso implica em afirmar que as áreas verdes se tornaram os principais ícones de defesa do meio ambiente pelo exíguo espaço que lhes é destinado nos centros urbanos (LOBODA e DE ANGELIS, 2005). Há, sem dúvidas, reconhecimento de tentativas de resgates de áreas verdes na reorganização da paisagem urbana (CAVALHEIRO e DEL PICCHIA, 1992). Pode-se afirmar que existem diferentes níveis de interdependência de múltiplos subsistemas no ordenamento e desenvolvimento de cidades.

Em políticas de ordenamento urbano o desenvolvimento socioambiental planejado em espaços públicos, voltados ao uso social e/ou coletivo, envolve o cuidado com as áreas verdes (CARLOS, 1992). Nesse sentido, Leite (1993) destaca as influências das relações geopolíticas no reordenamento e planejamento de cidades com base nas políticas internacionais ligadas ao meio ambiente e à sustentabilidade. Assim, pode-se afirmar que cada vez mais se perdem importantes espaços de diálogos políticos de gestão participativa dos recursos naturais quando não se observa a gestão de espaços públicos de área verde associada aos usuários efetivos de tais espaços (TORO; WERNECK, 2007; SARAIVA, 2008).

A qualidade de vida dos habitantes da cidade torna-se importante fator a ser consolidado em políticas públicas de gestão urbana (NOGUEIRA e WANTUELFER, 2002; NUCCI, 2001; OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007; SANTOS et al., 2013). Esta ideia é associada aos espaços públicos abertos de lazer. PUPPI (1981) destaca que a quantidade adequada de tais espaços deve estar combinada com a ordenação de um sistema, de modo que toda a população possa desfrutar dos espaços abertos públicos equitativamente, com mais ou menos a mesma facilidade de acesso (BARTALINI, 1986). Assim os valores associados aos espaços coletivos não são excludentes (WESTLEY, 1979), pelo contrário, é importante que estejam interligados para que esses espaços alcancem melhor desempenho dentro do sistema urbano, levando em consideração a adequação ambiental e os usuários (SILVA, 2000; THE WHOQOL GROUP, 1997).

Existe grande demanda por espaços abertos no meio urbano, visto que o ser humano necessita estar ao ar livre (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004; AMENDOLA, OLIVEIRA e ALVARENGA, 2008). Isso é perfeitamente visível se observarmos o interesse da população em participar de processos de implantação e melhoramentos de parques e praças por meio de abaixo-assinados e passeatas. Essa demanda, entre outras

coisas, causa o aparecimento de espaços privados voltados para atividades de lazer como investimento econômico em várias cidades do país (FERREIRA et al., 2011; HARDER; RIBEIRO e TAVARES, 2006; LIMA NETO et al., 2007). Conforme Rolnik (1998), os espaços públicos de uso comunitário cada vez mais se resumem a espaços para circulação, seja de pedestres ou de veículos. Não necessariamente, está inclusa a preocupação com a área verde (LINDHOLS, 2008).

Independentemente da cidade, a parte da população mais afetada pela carência desses espaços (LOIS; LABAKI, 2001), tanto em termos quantitativos como qualitativos, é justamente a população mais pobre, cujas possibilidades não permitem o acesso aos equipamentos e espaços de uso comunitário privado (LIMA e AMORIM, 2007; LOW, TAPLIN e SCHELD, 2005; MACEDO e SAKATA, 2002; MARX, 1980; OLIVEIRA, 1996; RICCI, 2009). Nesse sentido, ao usufruir dos espaços verdes ao ar livre para a realização de atividade física é desafiador para a população incumbir-se de se ajustar (ou não) às condições técnicas, funcionalidades e instrumentais do espaço destinado aos desportos ou ao lazer disponível (PIRES, 1992; DIECKERT, 1984).

Todavia, a prática de atividade física ao ar livre, promove a relação entre sujeito e o meio ambiente (CARVALHO e BRAGA, 2001; BRASIL, 2001; BUSTOS ROMERO, 2001; CASSOU, 2009). Para além dos aspectos relativos ao individualismo, autonomia e subjetividade da prática de esportes quando realizada na natureza esta é caracterizada pelo fato do sujeito ter de ser adaptar aos componentes estruturais e dinâmica do ambiente, ou por aproveitar as energias que esta gera (CHEMIN, 2007; CHRISTOFOLETTI, 1980; FUSTER 1995). Segundo Moser (1997) as dimensões sociais e culturais são elementos que interferem na definição dos ambientes, quaisquer que sejam eles. Isso se dá devido a inter-relação entre o indivíduo e o ambiente de forma dinâmica vai interferindo e modificando as condutas humanas e o meio ambiente (CONFORME, 1971). Por isso mesmo, não se trata apenas de observar o reordenamento espacial da zona urbana pela necessidade de áreas de recreação (DUMAZEDIER, 1980; MASCARENHAS, 2000; OLIVEIRA e MASCARÓ, 2007; SANTOS, 2006; SILVA et al, 2012). Os espaços públicos em área verde, numa cidade litorânea como Aracaju, demanda uma política pública demarcada pelo uso socioambiental responsável e sustentável.

Para Guerra (2005), conhecer, melhorar e ampliar a gestão de programas de desenvolvimento que busquem a melhoria da qualidade de vida no meio urbano é necessário. Os espaços verdes públicos constituem um dos principais articuladores da

vida social (TELLA, 2004). Áreas verdes são importantes nessa direção porque influenciam no bem-estar e as condições de saúde da população (AMORIM, 2001; CAVALHEIRO e DEL PICCHIA, 1992). É inegável que promovem a biodiversidade, constroem importante parte da paisagem urbana pelos benefícios significativos, estruturais e funcionais fundamentais para transformar as nossas cidades em áreas mais agradáveis de viver (TOLEDO e SANTOS, 2008). Por isso mesmo, pode-se dizer que as áreas verdes se associam aos conceitos de qualidade de vida, práticas de esportes e de saúde urbana assumem, pois, papel primordial nos esforços para melhorar a qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável (COSTA, 2010; JACOBI, 2003; SOUZA; SOARES, 2008).

Esta pesquisa delineou-se a partir dessa problemática. Considera-se importante entender, dentro do espaço urbano, relações, tensões e configurações entre os agentes sociais gestores e usuários do espaço público urbano de área verde voltado à prática de esportes, dentro da cidade de Aracaju – Sergipe. Nesse sentido, o objeto de estudo central dessa pesquisa é a gestão ambiental de espaços verdes urbanos públicos destinados às práticas de esportes. O objetivo desse estudo é caracterizar e analisar planos, projetos e/ou programas relacionados à política pública ligados ao tema da prática de esportes, tendo como base a gestão ambiental em espaços verdes urbanos públicos na cidade de Aracaju, Sergipe. Trata-se, pois, de um estudo relevante dentro do contexto das políticas públicas de urbanização e defesas socioambientais ligadas à qualidade de vida e a prática de esportes. Por isso mesmo, importante ferramenta para conhecer o que tem sido feito, como tem sido feito e quais os principais alcances, limites e possibilidades da gestão ambiental de espaços verdes urbanos destinados à prática de esportes na capital sergipana.

MATERIAIS E MÉTODO DA PESQUISA

Esse estudo foi desenvolvido com base na sistemática de organização do método exploratório-descritivo de pesquisa, através da análise documental e de entrevistas semiestruturadas (BRAVO, 1991; PIMENTEL, 2001). Trata-se, pois, de pesquisa qualitativa de inspiração hermenêutica (GOMES, 2007), cuja dinâmica de desenvolvimento incluiu um conjunto de interações éticas, voltadas ao conhecimento e compreensão dos feitos, decisões e sentidos das ações humanas, mantidas sob forma de diálogos com gestores públicos da cidade de Aracaju e pelo estudo detalhado de documentos, depoimentos e informações adquiridas durante as atividades de coleta e organização de dados. Por isso mesmo, dedica-se a compreender a problemática em estudo (PHILLIPS, 1974), alimentando uma postura de escuta, registro e análises pontuais a respeito do objeto central da pesquisa: a gestão ambiental de espaços verdes urbanos para a prática de esportes.

Manteve-se como questão norteadora a seguinte pergunta: Como se caracteriza a gestão ambiental de espaços verdes urbanos públicos destinados às práticas de esportes na cidade de Aracaju? Durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, suas etapas e ajustes, teve-se como ponto de partida a análise de planos, projetos e/ou programas relacionados à política pública ligados ao tema da prática de esportes e associados, sempre, a gestão ambiental. Nesse sentido, obteve-se um percurso de insistentes idas e vindas, junto aos órgãos públicos, agendamentos oficiais de entrevistas, conversas informais, acesso a documentos oficiais, seja de natureza pública ou de domínio pessoal setorializado, no que se refere à gestão do conhecimento institucional de

órgãos municipais, estaduais ou federais ligados ao meio ambiente e sua gestão no espaço urbano da capital sergipana.

O método exploratório-descritivo de pesquisa é usado quando determinados tipos de objeto de estudo não são amplamente produzidos e/ou conhecidos dentro de determinado campo de conhecimento (GAIO; CARVALHO; SIMÕES, 2008; APPOLINÁRIO, 2009). Nesse sentido, a pesquisa em desenvolvimento e meio ambiente, compondo-se de uma organização interdisciplinar, permitiu a elaboração desse tipo de estudo. A gestão ambiental de espaços verdes públicos urbanos engloba uma série complexa de elementos que compõe a problemáticas das relações socioambientais, especificamente, as questões relacionadas à demografia, à qualidade de vida, à saúde, à questão climática, à questão das interações sociais, entretenimento, lazer e práticas culturais. Logo, a pesquisa exploratório-descritiva permite conhecer as características de um fenômeno, inicialmente, para depois, formular outras questões mais bem delimitadas, dentro do interesse comum de pesquisadores que estudam problemática e objetos de pesquisas com afinidade de interesse, pertinência social e científica (MAY, 2004).

A pesquisa documental pertence ao conjunto de recursos técnicos, metodológicos e heurísticos da pesquisa social (HELDER, 2006; CELLARD, 2008). Abrange tanto o aspecto quantitativo quanto o qualitativo das fontes ou documentos com os quais o pesquisador desenvolve seu trabalho de sistematização de conhecimento (GOMES, 2007). Não é consenso o emprego do termo pesquisa documental ao fazer referência à metodologia da pesquisa e todos os seus elementos constituintes (PIMENTEL, 2001). No entanto, nessa pesquisa, a adoção dos procedimentos relativos a esse tipo de organização e análise de conhecimento (e seus produtos) ocorreu de modo objetivo e pragmático.

Primeiramente, em relação à documentação de fonte primária, foi feita a identificação, catalogação e análise de dispositivos normativos e legais, projetos e intervenções realizadas em Aracaju, atas, relatórios e correspondências dos órgãos administrativos, etc. Em seguida, considerou-se o levantamento sobre o corpo técnico de conhecimentos específicos envolvido no processo de urbanização e planejamento de áreas verdes associadas ao esporte como os profissionais da arquitetura e da engenharia, as instituições formadoras de profissionais especializados, para entender os estudos e as propostas que foram objeto de debate dos técnicos, planos e projetos executados ou não. Por isso mesmo, a pesquisa documental, nesse estudo foi associada à Análise de Conteúdo (BARDIN, 2007). O plano de trabalho e de análise das informações da pesquisa envolvem de categorias aplicada aos documentos (leis, decretos, planos, programas, projetos etc.).

A pesquisa foi organizada em três momentos distintos e complementares, quais sejam: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Por fim, buscou-se a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção de indicadores não quantitativos, elaborados sob forma de descrição sobre as interações, via conversa informal ou entrevista semiestruturada, com os participantes do estudo.

Os principais documentos levantados e analisados foram: (1) Estatuto da Cidade; (2) Plano Diretor; também fizeram parte da pesquisa os seguintes órgãos: (1) ENSURB (Empresa Municipal de Serviços Urbanos) – Aracaju; (2) CONDURB (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental), (3) SEMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente).

A abordagem utilizada para a seleção de gestores durante o período entre 2014 e 2016 delineou-se por ocupação oficial de cargo dentro da gestão direta em órgãos da administração pública, disponibilidade e interesse de participar da pesquisa. Optou-se por selecionar atores envolvidos diretamente na gestão de áreas verdes onde se estabeleceu por meio de entrevista com Secretário do Meio Ambiente de Aracaju (SEMA) outros contatos subsequentes, a exemplo, do responsável pela gestão de espaços públicos, Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) e pelo coordenador responsável pela Secretaria de Esporte e Lazer de Aracaju (SEMEL). Por questões éticas, e conforme a solicitação dos entrevistados, a interpretação das falas e dos documentos analisados ficou restrita aos objetivos da pesquisa, sem apresentar, na devida observância aos limites do estudo, qualquer tipo de interpretação contestável, guiada por a priori ideológico, as quais não descreve e analisa os feitos, decisões e sentidos do conjunto de ações e propostas produzidas, geradas e desenvolvidas no que se refere à gestão ambiental de espaços verdes urbanos para a prática de esportes.

Foi aplicada a entrevista semidirigida, na qual constaram perguntas abertas (c.f. apêndice), com a liberdade de se explorar, durante a interação, as respostas dos participantes, para além do previamente delimitado. Registre-se, porém, que as questões do roteiro de entrevista foram elaboradas pelo autor de forma a atingir o objetivo da pesquisa (BRAVO, 1991; PHILLIPS, 1974). As entrevistas foram realizadas no período de julho a outubro de 2015. O roteiro de entrevista foi estruturado nos seguintes blocos de temas: Gestão ambiental, espaços públicos e prática de esportes. Após a transcrição literal de todo o material coletado, procedeu-se à codificação dos dados. A codificação,

segundo Bardin corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou de sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto. Para se proceder à codificação, primeiro identificam-se as unidades de registro do material, que corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base. Essa identificação pode ser feita por palavras ou por temas. Nesta pesquisa optou-se por codificar o material coletado por tema. A análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido da comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objeto de estudo.

Após a identificação das unidades de registro do material, procedeu-se à identificação de unidades de contexto das mensagens, que serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem (ex. um parágrafo de uma entrevista). Finalmente, a partir da codificação do material coletado foi realizada a categorização, definida por Bardin (1977) como uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento por analogia com os critérios previamente definidos. Destaque-se que no tratamento e análise das informações, no caso das entrevistas, foi adotado, arbitrariamente, a remissão, às falas dos participantes, letras grafadas em maiúsculo W, Y e K. Portanto, a partir da análise dos discursos dos entrevistados por codificação e categorização foram estabelecidas categorias de análise, exploradas nos resultados e discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade de Aracaju, seus projetos, planos e/ou programas de urbanização associados à prática de esportes em espaços verdes urbanos públicos, perfaz o contexto específico desse estudo. Nesses termos, o problema de pesquisa engloba o estudo do espaço geográfico como organização física, humana, ecológica, política, econômica, cultural e histórica, dentre outras dimensões (SANTOS, 1978; SANTOS, 1994 e 1997; VIEIRA, 2004). Como sistemas ambientais complexos, as cidades representam a organização geográfica resultante da interação dos componentes supracitados (SOUZA e SOARES, 2008), envolvendo as múltiplas influências dos agrupamentos demográficos humanos quanto ao clima, definição topográfica, acesso e uso às águas, alterações diretas à fauna, flora e manejo de solos, seja para a agricultura, para a construção civil, dentre outros (CHRISTOFOLETTI, 1999).

Os aspectos socioculturais, os hábitos dos indivíduos e a busca crescente pela qualidade de vida em ambientes urbanos socialmente estruturados, também, fazem parte da cidade (SPOSITO (2001; ANDRADE, 2004; BARCELLOS, 2002). Pensar a cidade não é somente localizá-la. É habitar, circular, dinamizar e produzir relações com as pessoas, seus costumes e suas tradições (ALVES, 1996; ANDRADE, 1996; CARLOS, 1996; GUITART, 2006; MASSEY, 2000). É também inventá-la, produzi-la pelas dinâmicas de relações que estabelecemos entre nós, o ambiente físico-natural, arquiteturas e instituições (MOREIRA, 2007; SOJA, 1993; TAVARES, 2002). Assim, desde sua origem, a cidade de Aracaju erigiu-se assentada sobre área de intensa fragilidade ambiental. Aracaju expandiu-se em decorrência de aterros de lagoas, mangues, desmonte de morros, dunas, resultado ao longo de sua evolução histórica, em elevado processo de degradação ambiental (BARRETO, 2003; DINIZ, 1970; DRAIBE, 2004; DUARTE, 1971). Na paisagem urbana, Aracaju é uma cidade de múltiplos tempos e múltiplos espaços (SANTOS, 2008; SOUZA, 2005; FRANÇA e FALCON, 2005;

SANTOS, 2010). Na primeira acepção, Aracaju é uma cidade de tempos acelerados e de tempos lentos (SANTOS, 1996).

Ao longo da história, os exemplos de intervenções urbanísticas em Aracaju são muito variados (FRANÇA, 2005). No entanto, pode-se afirmar que a cidade em si resulta de uma grande intervenção. É equívoco recorrente considerar Aracaju como uma cidade planejada (PORTO, 1991). Por isso, como planejamento de projeto de cidade não é sinônimo de plano urbano, há de insistir na ideia de Aracaju é uma cidade projetada e não planejada.

A gestão ambiental se constitui como um dos ramos mais complexos das ciências ambientais (ARAÚJO, 1997; CERQUEIRA, 1997). Primeiro, por articular campos disciplinares oriundos de diversas bases de conhecimento de ciência (FREITAS, 1999; OLIVEIRA, 2003). Segundo por ter alcançado um estado de reconhecimento social que o legitima como sendo parte importante em qualquer tipo de pesquisa demarcada pela dimensão socioambiental, associada ao desenvolvimento sustentável, independentemente do tipo de esfera a que se destine (internacional, nacional, regional, territorial, municipal, comunitária ou local) (BARBIERI, 1998; FERNANDES, 2003).

As pesquisas ou ações ligadas à gestão ambiental envolve domínio teórico e metodológico de uma série de conceitos, estratégias, recursos e ferramentas específicas aos processos de decisão, organização e ações a que se destina (KINLAW, 1997). É sempre muito comum entre os pesquisadores da gestão ambiental a concentração de esforços para se discutir critérios, parâmetros, indicadores (qualitativos e/ou quantitativos) voltadas à gestão de qualidade (KIPERSTOK, 2002). Por isso, o planejamento, organização e avaliação de diferentes processos e sistemas, em diferentes escalas, engloba o interesse de pesquisadores em gestão ambiental.

Em gestão ambiental torna-se indiscutível o domínio de conhecimentos teóricos e práticos ligados ao planejar, gerenciar e executar ações que contribuam para melhoria das condições ambientais (LOPES et. al., 1998). Nesse sentido, advém a necessidade de desenvolvimento de competências e habilidades no manejo de conhecimentos sempre atualizados a respeito das mudanças ocorridas em termos de legislação (decretos, portarias, normas, regulamentações em geral) (FIORILLO, 2008; FREITAS, 1999; LEFEBVRE, 2000; MEIRELLES, 2005). A gestão ambiental, por isso mesmo, engloba, um esforço de profissionais na busca de incessantes diálogos entre si, tendo em vista a busca da construção de equipes interdisciplinares comprometidos em alcançar o desenvolvimento ecologicamente sustentável considerando no processo de tomada de

decisões o bem-estar comum e a qualidade de vida no seu sentido ecológico, e não apenas humano.

Nessa pesquisa buscou-se entender o campo da gestão ambiental a partir dos espaços verdes urbanos públicos destinado à prática de esportes. Um dos primeiros elementos que configuram a pertinência desse estudo tem origem na discussão sobre os espaços verdes ou áreas verdes, dentro da cidade. Nesse sentido, o meio ambiente é constituído pelas interações ocorridas dentro do espaço urbano (SILVA, 1997). O espaço urbano pode ser dividido em: espaço urbano fechado, que abrange um conjunto de edificações (casas, prédios de apartamentos, centros de compras), e os espaços urbanos aberto, composto pelos equipamentos e bens públicos ou sociais (BUSTOS ROMERO, 2001; SILVA FILHO, 2005). Afim de atender as necessidades dos habitantes e exercer uma influência na qualidade de vida urbana, dentre as atividades marcantes da vida urbana, nos interessa a relativa ocupação (e disposição) de espaços planejados e destinados à recreação, lazer, incluso, à destinação planejada para a prática de esportes no espaço urbano aberto, mais especificadamente nas chamadas áreas verdes da cidade.

Em entrevista realizada com o gestor da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) a gestão de áreas verdes, segundo o entrevistado, “é um trabalho de parceria, mas, tem setor responsável pela manutenção, controle e estudo de ampliação de viabilidade”. Durante a entrevista destacou diferentes papéis dos órgãos ambientais dentro do município. Lê-se: “[...] a gestão das áreas verdes é de responsabilidade da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) onde desempenham várias funções tais como a segurança, poda, limpeza, reformas, etc.”[...]. Note-se que a estrutura burocrática é facilmente identificada na gestão ambiental de áreas verdes. Esse aspecto é importante porque permite “dividir tarefas, sem que não se faça a mesma coisa o tempo todo entre as Secretarias”. A funcionalidade e a eficiência dos sistemas, operam-se, com buscas para evitar o desperdício de ações e de investimentos. Destaque-se, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, a responsabilidade:

[...] é, apenas, para acompanhamento e fiscalização [...] para assegurar os padrões ambientais que sejam mantidos além de proverem e estimular novas áreas verdes como praças, parques e outros locais e convívio sociais (**Gestor W**)

Para Benini e Martin (2011), as áreas verdes urbanas é todo espaço livre de uso comum e que apresente algum tipo de vegetação (espontânea ou plantada), que possa

vir contribuir em termos ambientais. As áreas verdes são uma das variáveis integrantes da estrutura urbana e a preservação dessas áreas está relacionada com seu uso e sua integração na dinâmica da cidade, que são reflexos das ações humanas e estão vinculadas ao processo histórico, chamando a atenção do poder público no que diz respeito a implantação e manutenção desses espaços na malha urbana. Os espaços verdes deveriam ser mais explorados e incentivados pelos administradores públicos, contribuindo para o cumprimento da legislação, melhoria da saúde pública, proteção ambiental e gestão sustentável (HAQ, 2011; DUNN, 2010). Nesta mesma forma, Tuan, 2012 constata que as áreas verdes em espaços públicos devem ser inseridas num contexto de planejamento ambiental, onde se destaca seus benefícios que só serão alcançados plenamente se a população se apropriar e participar. Exemplos de espaços verdes urbanos públicos são as praças, parques, canteiros, jardins, etc., encontrados dentro da cidade e com circulação incessante e uso comum por pessoas, individuais ou coletivamente.

Dentre eles, destacam-se as praças que são locais públicos com função social, destinadas ao lazer, socialização e realização de atividades cívico-religiosas, com função também de embelezamento da cidade, por ter aspectos ornamentais (SILVA, 2008). Todavia, esses espaços podem não ser uma área verde, dependendo da existência ou não de vegetação.

Na pesquisa, os entrevistados demonstraram preocupação, interesse e dedicação aos temas ambientais. Considera-se importante esse destaque devido a ampla potencialidade de realização de projetos, planos e programas ligados à gestão ambiental em espaços públicos urbanos. Essa preocupação se apresentou em vários momentos das interações (conversas informais ou entrevistas) dentro de um detalhe: a crescente perda de área verde na cidade de Aracaju, ocasionada por inúmeros fenômenos de base demográfica. Note-se:

[...] há uma carência de áreas verdes no município de Aracaju [...] além da quantidade insuficiente, há uma má distribuição dessas áreas pelo território de Aracaju. [...] Aracaju sofre um problema onde seu território foi quase todo ocupado pela cidade e que existe uma pressão muito grande de remanescentes de áreas verdes na cidade (**Gestor W**).

O ambiente urbano é um dos principais lócus da problemática ambiental, sendo assim, a arborização urbana é um elemento primordial e minimizador desses problemas sendo essencial para a qualidade ambiental da cidade. Os principais espaços urbanos que contemplam a vegetação arbórea são as áreas verdes, segundo Lima Neto et al. (2007),

nas áreas verdes há o predomínio de vegetação arbórea, englobando praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Na cidade de Aracaju, existem proporcionalidade irregular quanto a existência de áreas verdes. Observe-se:

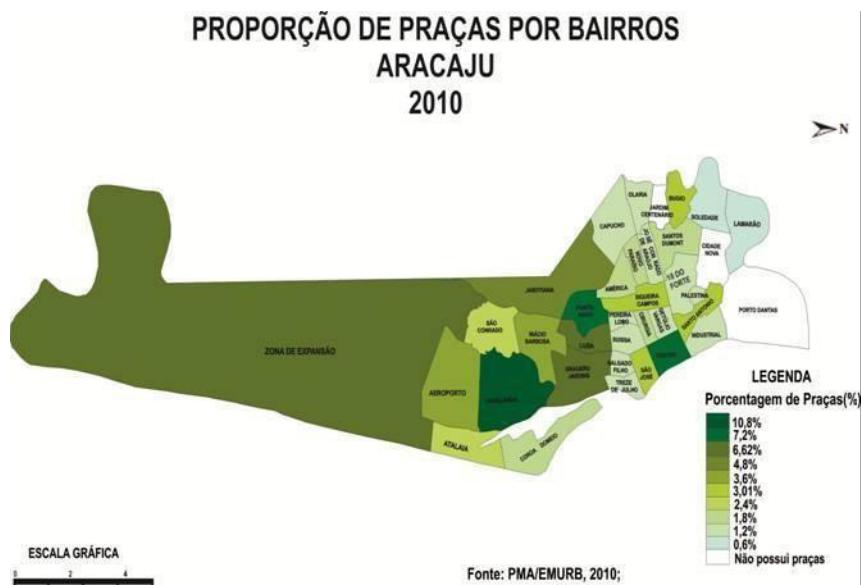


Figura 01. Proporção de praças por bairros de Aracaju - SE, 2010.

A figura 1 ilustra nitidamente a irregular proporção de praças por bairros de Aracaju. Nos bairros localizados na porção Norte, pode-se observar o baixo índice de áreas verdes. Os bairros Soledade e Lamarão apresentam apenas 0,6% do total de área verde, na faixa de 1,2% da área dos respectivos bairros, tornando-se mais agravante nos bairros Jardim Centenário, Cidade Nova e Porto Dantas devido a não presença de áreas verdes. Estudo realizado por Lima e Neto (2008), trouxeram evidências que a cidade de Aracaju possui uma irregular distribuição de sua vegetação arbórea, sendo os Índices de Densidade Arbórea (IDA's), que dizem respeito ao número de árvores existentes em cada 100m², e os Índices de Sombreamento Arbóreos (ISA's), que se expressam como os percentuais de área sombreada em relação à área total, confirma a irregularidade na distribuição da arborização urbana aracajuana.

Santos (2013) analisou critério da Porcentagem de Cobertura Arbórea (PCA) associada à praça, foi o que mais restringiu a classificação das praças como áreas verdes efetivamente. Considerando-se uma escala de intervalos da distribuição dos valores e o critério de inclusão de no mínimo 40% de PCA, apenas 48% (72) das praças podem ser consideradas como áreas verdes. Observou-se que o restante que corresponde a 45% (67) foi desclassificado quanto a essa função, por apresentarem um PCA abaixo de 40% e alto

índice de impermeabilidade do solo. O valor estabelecido no Plano Diretor é de 50% de área arborizada nas praças numa relação mínima de 1 árvore a cada 16m² (PDDU, 2000). Essa diretriz do Plano Diretor é um parâmetro útil em termos de planejamento aplicado, porém as distâncias mínimas entre as árvores dependem das espécies que estão sendo selecionadas em função do porte arbóreo destas.

Nesse sentido, a gestão ambiental está envolta em processos de definição política de decisão. Há conflitos éticos na construção de práticas de gestão ambiental (BEZERRA, 2010; BRAGA, 2001). Existe por um lado a preocupação com a melhoria da qualidade de vida e preservação da natureza em escala local, regional, nacional e mundial (CARVALHO e BRAGA, 2001). Por outro lado, existe enorme conflito entre as agências e as organizações de liderança inconteste na orientação da economia mundial que nem sempre direcionam seus esforços para a construção partilhada de decisões sobre o futuro do planeta e a administração (ou gestão) do meio ambiente e de suas fontes renováveis, duráveis, sustentáveis (e mais sinônimos), nesse caso, as áreas verdes.

Um fator importante referente à vegetação é a arborização das vias públicas que podem oferecer sombra, renovação do ar, além de oferecer sensação de frescor. Por outro lado, a falta de vegetação nas áreas pode trazer consequências negativas, como alteração do clima, deslizamentos e falta de áreas verdes para a população (AMORIM, 2001). Já para (SANTOS, 1997) essas mudanças são quantitativas, mas também qualitativas, a cidade é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encoberta pelas obras dos homens. Estes fatos influenciam negativamente na qualidade de vida da população, principalmente se vinculados a falta de planejamento que considere os elementos naturais.

É possível observar a troca de valores naturais por ruídos, concreto, máquinas, edificações e poluição, na qual a população não percebe a importância da cobertura vegetal como um fator para a qualidade ambiental urbana. Conforme NUCCI (2001) a cobertura vegetal é uma qualidade importante, porém, vem sendo esquecido no desenvolvimento das cidades. Esta é de suma importância para as necessidades do ser humano, pois vale lembrar que as cidades estão cada vez mais poluídas, e esta poluição, pode ser reduzida substancialmente preservando-se a vegetação local. A partir dessas considerações está comprovado a importância do planejamento do meio urbano. Entretanto, ainda existe a preocupação em torno das características socioeconômicas.

O setor produtivo e empresarial mantém enorme interesse pela gestão ambiental. O conceito social de instituições e/ou organizações no sentido da preservação e do cuidado com os recursos naturais tem concentrado a atenção dos debates públicos entre empresários, investidores e lideranças nacionais de governo. Essa tendência se justifica pela busca da eficiência técnica e econômica nas empresas. A sustentabilidade associada ao desenvolvimento econômico não se restringe à administração de recursos naturais ou humanos dentro de perspectiva de capitaliza-los como fontes de produção desigual de riqueza. É preciso, sempre, compreender os desafios da gestão ambiental em diferentes espaços sem se deixar levar pela obsessão da economia de produção, a qual mitiga os recursos ambientais pela utilização desordenada de suas fontes, contribuindo para elevar os índices de degradação ou extinção de espécies, fontes e recursos ainda disponíveis. Observe-se:

[...] existe a criação do Parque Poxim no qual será instalado um centro administrativo das áreas verdes com a finalidade de acompanhar e fiscalizar essas áreas. O objetivo desse projeto é [...] assegurar a preservação de uma das mais importantes áreas remanescentes de manguezal localizada na capital sergipana, área está de extremo importância devido a sua função de controle de mares que contribui para evitar enchentes além de servir como berçário para série de espécies marinhos. [...] outro Parque, o Parque Ecológico Municipal do Tramandaí, foi criado através do Decreto Municipal nº 112/1996, nos termos das leis federais nº 4.771 (Código Florestal) e 5.197 (de proteção à fauna). Esses parques ecológicos municipais, portanto, são definidos, hoje, como áreas verdes cujo conjunto seja de notável valor natural, destinados a uso público, a fim de garantir e promover o nível de arborização da cidade, e os índices de permeabilidade do solo e de proporcionar uma relação harmônica entre os meios antrópico e natural (**Gestor K**)

Destaque-se que, em depoimentos anteriores, o município aracajuano, segundo os gestores ambientais, passa por um intenso processo de urbanização e ocupação do solo, caracterizado por uma drástica redução das áreas verdes e supressão de árvores em detrimento da expansão urbana e conflitos com diversos equipamentos urbanos. Esse fato soma-se a ideia de que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente,

[...] desde a sua criação em 2013, dentro das suas atribuições, vem trabalhando na elaboração de planos para intensificar e melhorar a qualidade da arborização da cidade, como uma das formas de amenizar as consequências negativas desse processo (**Gestor W**)

A arborização urbana de Aracaju começou a ser pensada e implantada de forma mais sistemática na década de 70 com a advento da criação do Departamento de Áreas Verdes dentro da Prefeitura. Como foi citado, anteriormente, Aracaju apresenta diversos problemas na sua arborização e a necessidade de uma maior cobertura arbórea na cidade é evidente. Nota-se a cada dia o aumento da sensação de calor e bairros totalmente desprovidos de arborização, logo a arborização de Aracaju precisa ser reabilitada para que os cidadãos possam usufruir de forma integral de todos os benefícios que uma cidade bem arborizada proporciona.

Ferreira et. al. (2011), Campos e Rangel (2012), Oliveira (2013) realizaram estudos sobre a situação da arborização na cidade, de forma que puderam elencar pontos críticos como baixo índice de área verde por habitante; bairros pouco arborizados; falta de manutenção da arborização. Portanto, demonstrando insistente e recorrente a manutenção de um sistema de monitoramento e cuidado com a arborização de qualidade. Tais problemas, apontados nos estudos supracitados, podem ser levados em consideração dentro do planejamento e atuação do município.

Durante a pesquisa, manteve-se contato e conhecimento sobre a existência de um Programa de Gestão Ambiental. Intitula-se “Adote o Verde”. Esse Programa foi criado em 2011, na prefeitura de Aracaju, por meio da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) que é a responsável pela manutenção das praças, canteiros e logradouros da cidade. Adote o Verde consiste na adoção de áreas verdes por entidades privadas interessadas em assumir a responsabilidade de conservar o espaço público. A adoção de áreas verdes pelo setor privado tem por finalidade a exploração da publicidade, com o apelo do marketing “verde”.

Segundo Ribas e Smith (2009), a literatura tem demonstrado que o marketing ambiental ou marketing verde interage com a sociedade através de uma nova relação de consumo, promovendo ações ambientais de preservação, de conservação e de monitoramento, incentivando cada vez mais o esverdeamento das organizações, além de representar um diferencial competitivo fundamental para a imagem corporativa das empresas. Por exemplo, se o empreendedor vê a área verde como um diferencial do seu empreendimento, isto pode favorecer a conservação ou proteção de áreas verdes, parcial ou integralmente. É o caso das áreas de proteção verde, as quais não possuem função social, pois não é aberta aos cidadãos, porém, cumpre sua função ambiental. Nesse sentido, os efeitos antrópicos são minimizados.

O gestor ambiental torna-se o profissional capaz de favorecer, pela expertise técnica e engajamento sociopolítico, análises mais apuradas sobre a dinâmica ambiental e suas especificidades (TRICART, 1977). Cabe-lhe a identificação de processos e estados ligados a uma diversidade de elementos. São, alguns dos principais elementos que fazem parte da análise e tratamento técnico peculiar a atuação profissional do gestor ambiental: degradação natural (e suas potencialidades de risco a extinção ou conservação); estruturas dos ecossistemas (fatores bióticos, abióticos, nicho ecológico, cadeia alimentar, pirâmides ecológicas); atividades de exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis incluindo-se a possibilidade de elaboração e execução de projetos ligados a gestão dos recursos hídricos, planos diretores de cidades (ou regiões, ou territórios) seja pela gestão dos resíduos sólidos ou pela avaliação constante dos impactos ambientais adversos às diferentes populações (não somente a humana) de modo a produzir análises sobre os aspectos sociais, econômicos e culturais envolvidos nas questões ambientais.

A gestão ambiental é demarcada pela recorrência incessante à avaliação como suporte à profissionalização da área (RODRIGUES, 1997). A avaliação em meio ambiente envolve procedimentos, instrumentos e processos incessantes de registro, acompanhamento e análises em torno a problemáticas ambientais diversas. Nesse sentido, a avaliação é um procedimento técnico e político. É balizador de definições econômicas, por exemplo, dos impactos ambientais causados pelas atividades industriais, suas consequências na saúde, no ambiente e na economia.

A gestão ambiental exige avaliação incessante de práticas, projetos e resultados. A avaliação ambiental serve como procedimento e instrumental capaz de acompanhamento de ações e práticas gerenciais para minimização de efeitos ou consequências danosas ao equilíbrio ecológico. Por fim, envolve-se diretamente o monitoramento das instalações e com o tratamento, descarte e controle de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, provenientes de atividades urbanas e industriais, por exemplo. O que se tem em pauta na gestão ambiental de áreas verdes em espaços públicos urbanos é o grau de sustentabilidade e funcionalidade nelas encontrados. Lê-se:

[...] essas áreas verdes [...] a preservação dessas áreas em Aracaju é garantir uma zona de amortecimento segura, pois essas áreas estão localizadas em ocupação urbana e que para garantir uma boa oferta de áreas verdes (tanto públicas quanto particulares) na cidade. É preciso pensar não apenas em implantação de novas áreas, mas também em conservar as áreas verdes que já existem [...] (**Gestor Y**)

Nessa perspectiva, Sayago e Pinto (2005, p. 3) acrescentam que a ideia de sustentabilidade ao conceito de gestão ambiental urbana considera o conjunto de atividades e responsabilidades voltadas para uma série de intervenções sociais diretas junto à natureza. Com vistas ao manejo adequado do uso do solo e dos recursos naturais e humanos, pensa-se, almeja-se e delimita-se na construção da qualidade de vida urbana. Em outras palavras, para buscar a sustentabilidade das cidades.

Observou-se que, na maior parte dos depoimentos, os gestores ambientais, em diferentes postos de ocupação administrativa municipal, estavam preocupados em associar áreas verdes a empreendimentos habitacionais, ou empreendimentos de uso público como praças à ideia de manter a natureza presente em tais espaços. No entanto, não aprofundaram devidamente o debate, nem ofereceram mais detalhes sobre instrumentos técnicos utilizados antes, durante e depois das construções de praças, parques e vias de interação social e de lazer dentro do espaço urbano.

A gestão ambiental possui características tanto corretiva, quanto preventiva (BEZERRA, 2010). Da recuperação das áreas degradadas ao acompanhando e monitorando da qualidade ambiental, a gestão ambiental se relaciona à segurança do trabalho. Nos espaços das instituições ou organizações a finalidade da atuação do gestor ambiental é de conhecer e operacionalizar procedimentos normativos e certificadores, além de operacionalizar Sistemas de Gestão Ambiental capazes de implementar políticas e programas ligados a projetos ambientais e a sustentabilidade. De outro modo, Tinoco et al. (2006) consideram a gestão ambiental como o sistema que inclui na estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental.

São esses aspectos que FREY et al. (2006) refletem sobre a gestão ambiental como sendo associada às novas alternativas que tornem as instituições e organizações mais voltadas à preocupação com a menor incidência na geração de problemas ambientais. A gestão ambiental pode e deve ser amplamente aplicada por gestores públicos. A gestão pública não está dissociada das decisões macroeconômicas e das decisões internacionais (regulamentações). No que concerne à gestão pública, são as políticas de decisão que mais afetam os sistemas operadores da administração em instituições. Políticas de decisão envolvem tanto a clareza de caminhos a serem trilhados, quanto a observância ao conjunto de normas e sistemas já em pleno funcionamento dentro da dinâmica social, econômica, financeira e cultural. Nisso consiste o desafio da gestão ambiental: tornar-se parte

integrante das agendas de ação dos poderes públicos em cidades de pequeno, médio ou grande porte.

Gestão pública de cidades e suas interfaces com a gestão ambiental não é novidade, entretanto. Existe uma vasta produção de pesquisas envolvendo a construção civil, as questões dos sistemas de escoamento sanitário, a gestão de resíduos sólidos, descartes e outros tantos temas relacionados ao meio ambiente e a saúde. A Administração tornou-se campo fértil de diálogo em torno a estas e outras questões relativas à gestão ambiental. Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) é um deles. Pode-se, em Sistemas de Gestão Ambiental incluir uma variedade de operações que vão desde a arquivística até a geração de capital social dentro da gestão de conhecimentos, etc. É, por isso mesmo, um campo vasto a ser, ainda, explorado por grande parte dos agentes políticos da gestão pública. Nesse sentido, a gestão ambiental em cidades torna-se indispensável.

A cidade possui enorme quantidade de produção e circulação de relações ecológicas, cujos suportes de energia e de dinâmica são interdependentes do equilíbrio no uso dos recursos naturais, artificiais, renováveis (ou não). Por isso, as cidades são entendidas como um lugar de vivência do homem, onde muitas vezes são apresentadas as funções de moradia, circulação, trabalho e lazer pela sociedade que a habita.

As cidades sofrem intensas mudanças com o seu rápido crescimento junto com a falta de políticas eficazes de ordenação do desenvolvimento. Entenda-se desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 1993). A questão do ordenamento de cidades presume desde a definição do como até o quanto é possível e suportável à natureza a expansão de novos espaços urbanos, capazes de funcionamento econômico-produtivo sem causar enormes prejuízos às questões ambientais. Nesse sentido, o ordenamento espacial deve fazer parte das matérias de interesse da gestão ambiental e vice-versa.

A problemática ambiental das cidades questão está relacionada, na maioria das vezes, às inúmeras consequências da urbanização. A ocupação desordenada produz o surgimento de áreas de riscos à população. A falta de infraestruturas, como exemplo de saneamento básico, saúde e transporte, aliada à falta de planejamento público, o consumismo exagerado das populações, a poluição da água, do ar e das paisagens, a ausência de áreas verdes nas cidades, e outras mazelas, frutos do caráter predatório. Da expansão econômica capitalista, vêm corroborando para deterioração da qualidade de vida do homem nas cidades.

Nesse contexto, é fundamental retornar aos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92, que discute a construção de “cidades sustentáveis”. Orienta-se, portanto, pela necessidade de buscar um equilíbrio das práticas socioeconômicas e ecológicas desenvolvidas pelo homem nos centros urbanos, proporcionando um meio ambiente ecologicamente equilibrado, como assegura, igualmente, a Carta de 1988. Portanto, um instrumento importante seria um planejamento urbano, por parte do poder público, que pode não somente ser de gestão territorial urbana, mais também de gestão ambiental.

A participação social é, sem dúvidas, uma importante conquista dentro da gestão ambiental. Não é apenas a composição de equipe técnico-científica, com especialistas, sem ou com visão interdisciplinar que contribui para a gestão ambiental dentro das cidades. É fundamental o diálogo com a população, compreendendo a polêmica quanto a estratificação social como um entrave às questões ambientais. As camadas sociais menos favorecidas são afetadas por todo um conjunto de decisões da classe dominante, principalmente na gestão do uso dos recursos naturais, dado ao consumismo e ao descarte desenfreado de material não-biodegradável, expansão habitacional em áreas naturais sob forma de status social etc. Na pesquisa, esse aspecto da participação social foi matéria comum entre os depoimentos. Note-se:

[...] no que se diz respeito sobre o envolvimento da população nessas áreas verdes, existe, sim, a participação e a colaboração da sociedade. A Secretaria do Meio Ambiente de Aracaju atua com equipes de educação ambiental para sensibilizar mais a população da necessidade da manutenção dessas áreas verdes. Isso porque se entende que a preservação deste espaço se dê pelo uso e este uso só acontecerá se o ambiente atender as necessidades da população. Portanto, os instrumentos participativos são importantes para dar transparência à política urbana e a falta dessa transparência pode ser considerada uma das causas da má gestão pública [...] (**Gestor W**)

Observou-se que os gestores ambientais se preocupam com as áreas verdes em espaços urbanos públicos dentro de uma ótica de representatividade política por via burocrática. Ao fazer menção à equipe de educação ambiental, o participante demonstra a existência de equipe técnica especializada, até porque, o setor da educação ambiental na Secretaria de Meio Ambiente de Aracaju, encontram-se graduados em diversas áreas do conhecimento (educação, engenharia, artes, geografia, ciências biológicas, etc.) e pós-graduados (mestrado e até doutorado em desenvolvimento e meio ambiente). O aspecto burocrático, aqui, não é demérito, como costumeiramente é visto. Burocracia, significa

uma forma da organização do Estado, como entidade política, de exercer suas funções com base em eficiência, diretividade técnica, divisão do trabalho por especialização e não mérito, em consonância com a relativa autonomia entre os participantes.

Especificamente em relação às áreas verdes de espaços públicos urbanos, a educação ambiental foi apresentada como elemento muito importante para os gestores ambientais. O esforço central é garantir o “o aumento da participação pública nos programas relacionados a estas áreas” (Gestor W). Corroborando com a importância do tema, a educação ambiental assegura a difusão da informação e a conservação de áreas verdes (PHILIPPI JR. e BRUNA, 1998). Nesses termos, estudos de Azadi et al (2011) afirmam que o papel influente do Estado e da sociedade devem ser considerados no processo de gestão. O envolvimento da sociedade também contribui para o desempenho, e além disso, regulação é necessária como uma base jurídica para a gestão de áreas verdes. Destaque-se que a participação social foi favorecida, nos últimos anos, pela instauração dos conselhos municipais de meio ambiente. Os conselhos municipais de meio ambiente favorecem o exercício da democracia, educação para a cidadania e convívio entre setores da sociedade com interesses diferentes. O Conselho Municipal de Meio Ambiente tem a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal – a Prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões relativas ao meio ambiente (BRASIL, 2013). A exemplo, some-se a existência do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES), instituído pela Lei n.º 11.426/1993. Ele é um órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho.

Jacobi (2003) também demonstra que a problemática socioambiental, ao questionar ideologias teóricas e práticas, propõe a participação democrática da sociedade na gestão dos recursos e no processo de tomada de decisões para a escolha de novos estilos de vida e a construção de futuros possíveis, sob a ótica da sustentabilidade ecológica e da equidade social. Uma vez que a participação social foi apontada na entrevista como um fator fundamental para a gestão ambiental, vale destacar as contribuições de Ricci (2009), quando define que o controle social indica a participação da sociedade na elaboração, no acompanhamento e monitoramento das ações de gestão pública.

A gestão ambiental possui consolidada estruturação jurídica como respaldo às suas atividades técnicas e possui forte influência no desenvolvimento das instituições

(CORAZZA, 2003). São os dispositivos de regulamentação e das avaliações ecotoxicológicas de produtos e emissões a serem respeitados e os projetos de desenvolvimento ligados a criação e inovação de produtos e/ou serviços e tecnologias.

A gestão urbana participativa é um dos pressupostos para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21, considerada um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, define, em seu capítulo 7, que as cidades devem institucionalizar uma abordagem participativa do desenvolvimento urbano sustentável e também habilitar grupos comunitários, organizações não-governamentais e indivíduos a assumir a autoridade e a responsabilidade pelo manejo e a melhoria de seu meio ambiente. (SVMA, 2008).

As políticas públicas constituem um conjunto de instrumentos de ação, tomados no interior do estado, que visam apresentar as diretrizes e as estratégias de concretização de interesses públicos e de alteração de relações sociais estabelecidas. Para Bucci (2002) os programas de ação governamental visam coordenar os meios à disposição do estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Segundo Silva (2002) algumas políticas têm um espaço geográfico de atuação de políticas públicas específicos, como as políticas urbanas, voltadas a um ambiente específico. Ainda na mesma linha o autor constitui o espaço urbano de meio ambiente artificial ou meio ambiente urbano, que pode ser subdividido em espaço urbano fechado, como as edificações, ou espaço aberto, a exemplo das ruas praças e áreas verdes.

Fernandes (1998) destaca que as políticas urbanas devem ser norteadas pelo direito à uma vida digna nas cidades. Garante-se o direito de viver com qualidade de vida se sobressaindo ao mero direito de sobrevivência. No Brasil, a partir de 1988, o planejamento da cidade tornou-se exercício obrigatório, visto que a Constituição Federal (nos artigos 182 e 183) dispõe sobre a ordenação do processo de desenvolvimento das funções sociais da cidade, para garantir o bem-estar dos habitantes. Entretanto, só em 2001, através da Lei Federal 10.257 (Estatuto da Cidade), é que foram estabelecidas as principais diretrizes de execução das políticas urbanas.

O Estatuto da Cidade vem reafirmar os princípios básicos estabelecidos pela Constituição da União, onde tem como um caráter municipalista, a centralidade do plano diretor como instrumento básico da política urbana e a ênfase na gestão democrática. Para CARVALHO (1999) o poder público municipal busca implementar instrumentos

reguladores da produção do espaço urbano na perspectiva da ampliação do direito à cidade, dentro de um processo democrático de discussão e participação social. A cidade significa refletir sobre o espaço urbano, onde a paisagem urbana é formada por um fenômeno urbano que se manifesta, na qual esse espaço urbano pode ser apreendido (CARLOS, 2005). Portanto o Estatuto da Cidade, é um instrumento de regulamentação da Constituição Federal, que contém as referências e institutos jurídicos e políticos básicos para a intervenção urbana.

Na visão dos gestores públicos, a cidade é um espaço a ser gerenciado ambientalmente. Em entrevista realizada com um coordenador vinculado ao órgão público competente da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) destacam-se as questões dos tributos como fontes primordiais para a oferta dos serviços prestados pelo órgão supracitado. Percebe-se:

[...] a gestão desses espaços públicos na cidade é de responsabilidade da empresa (EMSURB) que tem como competência a gestão desses espaços públicos além de desempenhar atividades onde realizam um cronograma de elaboração tributária, do que se teve ser cobrado pelos espaços, além também da limpeza, preservação dos manguezais e de outras áreas verdes (**Gestor K**).

Este é um dos papéis desempenhados pela subprefeitura do município Aracaju. Cabe a ela assegurar a conservação de espaços públicos tais como das praças, portanto o processo administrativo, aqui denominado gestão. Bons espaços públicos estimulam a permanência e aumentam as chances de contato entre as pessoas. Apesar de estar-se falando do desenho urbano como um todo, muitas vezes isso se traduz em detalhes como a limpeza e a manutenção (LAREDO e SOMEKH, 2014). Conforme o Plano Diretor Desenvolvimento Urbano de Aracaju (2000) as praças públicas são classificadas como espaços abertos destinados a função social. No entanto, é preciso considerar que além da função social as praças públicas devem exercer a função de áreas verdes, potencial que deve ser valorizado e estimulado, principalmente considerado que devido a intensa urbanização. No entanto, observe-se:

[...]Aracaju apresenta poucos espaços para a implantação da arborização e poucos remanescentes florestais [...] Aracaju possui 165 praças distribuídas pelos diversos bairros (**Gestor K**)

O Estatuto da Cidade dispõe, no seu artigo 3º, as competências da União sobre a política urbana, com base na repartição das competências constitucionais sobre essa

política atribuída aos entes federativos. Ele incorpora, também, a participação direta (e universal) dos cidadãos nos processos decisórios. Os Municípios devem utilizar instrumentos como audiências públicas, plebiscitos, referendos, estudos de impacto de vizinhança, além da obrigatoriedade de implementação de orçamentos participativos, para ouvir diretamente os cidadãos sobre sua intervenção sobre o território (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Observe-se:

[...] as dificuldades enfrentadas na gestão desses espaços públicos de áreas verdes, existem vários problemas, mas, em específico, para o vandalismo, a ocupação irregular e a falta de manutenção dessas áreas verdes. Existiram alguns projetos e práticas legais que foram criados para otimizar o trabalho da subprefeitura só que alguns desses trabalhos foram descontinuados por falta de recurso. Estamos empenhados em contribuir para melhorar a região em que atuamos e, em breve, teremos novas implementações de práticas e projetos [...]. (**Gestor K**)

A literatura indica uma tendência global para implementação de melhorias na gestão de áreas verdes urbanas. Um exemplo a ser perseguido, poderia ser o adotado na Dinamarca, salvo as regionalidades, segundo Lindholst (2008), para melhorar a contratação de manutenção do espaço verde em parques e jardins históricos, se deu por meio da implementação de um sistema de gestão de desempenho. O autor então aponta para um novo conjunto de princípios relacionados com o papel de coordenação, comunicação, motivação, e centralização do poder. Essa nova concepção e gestão de contratos de manutenção de áreas verdes, ajudaria os gestores de áreas verdes urbanas a elaborar projetos e práticas de gestão mais adaptados para a manutenção desses espaços. Esta visão contempla, portanto, as fases do processo administrativo, apresentadas por Chiavenato (2003), e traz luz para o padrão de manutenção de praças identificado neste estudo, no qual uma das principais dificuldades apontada foi a manutenção de áreas verdes.

Outra tendência evidenciada por alguns estudos é a do desenvolvimento de ferramentas de avaliação, indicadores de qualidade e de performance de áreas verdes urbanas, nos mais diversos níveis, o que de certa forma representa avanços na gestão e na valorização desses espaços em nível mundial (GIDLOW; ELLIS e BOSTOCK, 2012). A administração pública se depara com a responsabilidade de atender as necessidades múltiplas, resolver conflitos e promover o desenvolvimento, muitas vezes elas enfrentam problemas a respeito de como lidar com a gestão ambiental. Essa visão se torna necessária

para desenvolver um município, tratando o meio ambiente também como uma condicionalidade para a qualidade de vida da população. Para Vainer (2003) as ações de planejamento urbano visam adotar medidas que permitam seu desenvolvimento de maneira sustentável, ou seja, desenvolver essas ações podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Apesar de que os conceitos de sustentabilidade e qualidade de vida sejam amplos e diversos, os investimentos na ampliação e melhoria dos espaços verdes urbanos é algo frequente neste tipo de gestão (ACSELRAD, 2013).

Com a expansão dos ambientes construídos pela sociedade não se tem uma preocupação com a qualidade destes espaços. As atividades produtivas requerem espaços livres apropriados e distribuídos pela cidade. As praças mostram-se exemplos importantes dessas áreas verdes urbanas visto que são áreas de tamanho delimitado o que permitem que estejam espalhadas pelos bairros de uma cidade, sem comprometer sua funcionalidade e ainda contribuir para a melhoria da qualidade de vida, permitindo uma melhoria da saúde física e mental da população e contribuindo para uma melhor qualidade do ar. (LEE e MAHESWARAN, 2011).

Muitas das expressões como: áreas verdes, espaços livres, verde urbano, vem sendo frequentemente utilizado com o mesmo significado para caracterizar a vegetação intra urbana. Por tanto, pode-se considerar que a maioria deles não são sinônimos, e tampouco se referem aos mesmos elementos. A falta de entendimento com relação ao termo áreas verdes se evidencia, entre outras coisas na dificuldade para se classificar essas áreas e na necessidade do conhecimento dessas áreas no ambiente urbano (JESUS e BRAGA, 2005). Para LOBOTA (2005) as áreas verdes apresentam funções que desempenham na melhoria das condições ambientais e de vida da população, contribuindo para a diversificação da paisagem construída, dentre outras. As áreas verdes urbanas proporcionam uma qualidade de vida ambiental que interfere diretamente na qualidade de vida dos seres por meio das funções sociais, ecológicas, estéticas (GUZZO, 1999).

Para Vieira (2004) as áreas verdes tendem a assumir diferentes papéis na sociedade e suas funções devem estar inter-relacionadas no meio ambiente urbano, de acordo com o tipo de uso a que se destinam. Para o autor as áreas verdes estariam relacionadas à função social, estética, ecológica, educativa e psicológica. Diversos autores, dentre eles Cavalheiro e Della Picchia (1992), Lima et al. (1994), Oliveira (1996), Nucci (2001), Vieira (2004), Toletto e Santos (2008), citam vários benefícios que as áreas

verdes podem trazer ao convívio nas cidades, como: controle da poluição do ar e acústica, estabilização de superfície por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas, além do aumento do conforto ambiental. Oliveira (1996) enfatiza ainda que estes efeitos contribuem para a valorização de áreas para convívio social, valorização econômica das propriedades e para a formação de uma memória e do patrimônio cultural.

Para Vieira (2004) a principal função das áreas verdes urbanas não deve ser apenas a proteção das pessoas e sim, que elas possibilitem momentos de lazer e recreação, convivendo com a natureza, respeitando sua vivência e contato com outras pessoas. De acordo com Santos (2006) as praças constituem os principais exemplos de espaços públicos para o lazer, elas podem se diferenciar em função de suas características funcionais ou morfológicas a ponto de constituir em diferentes paradigmas de lazer. Abercrombie et al (2008) salientam ainda que os espaços públicos são locais privilegiados para a prática de atividades físicas, nos quais muitas vezes são utilizados diariamente por pessoas que usufruem desde uma simples atividade física até um necessário descanso.

Na pesquisa, o tema central de interesse desse estudo, a gestão ambiental de áreas verdes em espaços públicos urbanos destinados à prática de esportes foi construído a partir de conversas informais e entrevista oficial realizada com o gestor que trabalha na Secretaria de Esporte e Lazer de Aracaju. Além disso, a pesquisa documental favoreceu o conhecimento formal, sistemático e prescritivo sobre o objeto de pesquisa. Nessa parte da pesquisa obteve-se várias informações importantes. Lê-se:

[...] a Secretaria de Esporte e Lazer está organizada em coordenação de alto rendimento, coordenação de lazer, coordenação de inclusão social e coordenação dos espaços públicos destinados a prática de esporte, mostrando-se formalmente organizada. No que diz respeito a projetos voltados para a prática de esportes nos espaços públicos, no ano de 2007, existiu um projeto no parque na sementeira chamado “Domingo no Parque” onde esse projeto na iniciativa da EMSURB era contemplar mais um dos projetos da Prefeitura de Aracaju, como alternativa de promover e estimular a população para melhor qualidade de vida, além de propiciar lazer, aproximar as famílias, integrar amigos, diversificar o final de semana, ampliar a sensibilidade musical, contribuindo para uma mudança significativa nos hábitos e padrões [...] esse projeto parou por questões políticas (**Gestor Y**).

Em 2015, em parceria com Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte (SETESP) foi lançado o projeto Mexa-se. Esse projeto era desenvolvido aos sábados no parque dos cajueiros. O objetivo principal era motivar os

sergipanos a frequentarem os equipamentos esportivos no Parque dos Cajueiros e despertar, na comunidade, as necessidades das pessoas melhorarem a qualidade de vida, através da prática de atividades físicas. Como as informações sobre esses projetos foram obtidas pelo depoimento oral, a pesquisa não teve acesso ao documento escrito, aprovado, com planilhas, objetivos, etapas e avaliação, dentre outros elementos, por exemplo.

Nessa mesma esfera, outra iniciativa foi o Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC. O programa é uma parceria entre Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal de Aracaju desenvolvida pela FUNCAJU/Departamento de Esportes. Uma proposta de atender as necessidades de esporte recreativo e lazer em comunidades carentes de política pública e social. Em Aracaju, as atividades eram desenvolvidas em praças, ruas, quadras e campos. O PELC está estruturado para promover condições de acesso às atividades esportivas, jogos e brincadeiras, ginástica, oficinas de dança, teatro, capoeira, pintura, entre outras, nos períodos da manhã, tarde e noite, três vezes por semana.

Outro projeto elaborado foi a Praça da Juventude a construção da Praça da Juventude também de parceria entre Ministério do Esporte e Prefeitura Municipal de Aracaju, desenvolvido pela FUNCAJU/Departamento de Esportes, e visa atender às crescentes demandas e necessidades da população aracajuana por esporte recreativo, cultura e lazer. Localizada no conjunto Augusto Franco, a praça também possui estacionamento e espaço para a terceira idade, além de 5.500m² de áreas verdes. Atualmente, segundo o Secretário “existem parcerias de projetos com as escolinhas de futebol do município para organizar torneios e para a compra de materiais” (**Gestor K**). Questionado sobre outras parcerias, não foi mencionado nenhum outro tipo de parceiro para o desenvolvimento das atividades em questão. Questionado sobre quais os objetivos desses projetos, o entrevistado confirma que “é fomentar o esporte e que consiste na prática de esporte e lazer essenciais para uma melhor qualidade de vida” (idem).

Entendemos espaços públicos de lazer esportivo como aqueles que possibilitam a execução de modalidades esportivas, de forma prioritária, cujo acesso se dê de maneira livre. Dumazedier (1980) coloca que uma das principais preferências para execução de atividades ao ar livre têm sido as atividades esportivas. Existem muitos espaços livres que nos permitem sua utilização para uma caminhada, ginástica, andar de bicicleta e jogar bola se preocupar no que se refere aos limites geográficos. Neste sentido, as necessidades de espaços precisam levar em consideração a possibilidade de diversificação de práticas esportivas e a integração de outras variáveis, onde num país em que os planejadores do

espaço público, os arquitetos, basicamente promovem a construção de quadras esportivas acabam impedindo outras formas de experimentação.

Os espaços públicos são um privilégio para as atividades de lazer e nas suas mais diferentes perspectivas. Desde pequenos, aprendemos que as praças são locais de entretenimento e de convivência. Conforme Galender (1982), os espaços públicos possuem uma multiplicidade de expressões e formas que dificultam tal tarefa. Sua posição é compartilhada por Bartalini (1996). No entendimento de Barcello (1997), as praças estão integradas à uma malha urbana, na qual não apresenta nenhum contraste e são consideradas espaços livres ajardinados. Desde modo, os espaços da cidade e no cotidiano das pessoas às práticas esportivas fazem parte do lazer onde se encontram formas variadas de existência e manifestação.

No mundo atual, a prática de esportes é um fenômeno social que gera nas pessoas a valorização de bem-estar social e pessoal, favorecendo ao ser humano qualidade de vida, dando assim mais significado a sua existência. O acesso ao esporte é um direito de cada um e dever do estado garantir e multiplicar a oferta destas atividades a população.

Neste contexto, insere-se o combate a todas as formas de discriminação, que, sobretudo, decorre da não acessibilidade aos espaços físicos. Um dos principais motivos que justificam esta necessidade estar associada ao bem-estar social é a busca pela qualidade de vida como conceitos amplamente explorados no mundo contemporâneo (ALMEIDA e GUTIEREZ, 2004). A qualidade de vida é uma questão central dentro dos depoimentos dos gestores públicos da cidade de Aracaju. Lê-se:

[...] o que leva as pessoas a frequentarem esses espaços públicos é a busca de convivência e recreação para os usuários, até porque essas praças possuem equipamentos que possibilitam o lazer e o relaxamento e a prática de esportes [...] (**Gestor Y**)

A praça é uma área aberta para as pessoas se reunirem com finalidades diversas. Nota-se que têm uma conotação de convívio, uso, contemplação, bem-estar e prática de esportes, um espaço público para uso coletivo, em que existe a circulação, interação de pessoas. Além disso a pessoa procura um contato com a natureza, reflexão, ar livre e sair do apartamento. As pessoas que frequentam as praças são as que gostam de verde e a cidade está um pouco carente disso. Harder, Ribeiro, & Tavares (2006) afirmam que as praças exercem a função principal de lazer afirmam que praças são pontos de encontro, cuja principal função é incentivar a vida comunitária.

No que se refere à gestão ambiental de áreas verdes destinadas à prática de esportes os instrumentos de avaliação e acompanhamento de projetos (supracitados) foi relatado registro fotográfico e relatório de gestão. No entanto, um dos pontos que mais chamou a atenção foi a predominância dos aspectos financeiros e orçamentários. Observe-se:

[...] o acompanhamento e a avaliação desses projetos são feitos através de um relatório fotográfico junto com a assessoria de comunicação da Secretaria, no qual é realizado um relatório do público-alvo que alcançou e a faixa etária dessas pessoas. Também é feita pela assessoria uma entrevista com o público presente nesses eventos e em seguida faz um relatório geral onde esse relatório é mandado para o setor de planejamento da secretaria apontando o que foi feito com gastos, valores do que foi utilizado [...] (**Gestor Y**)

De acordo o Ministério do Esporte, com a finalidade de estabelecer uma política nacional do esporte e do lazer, realizou em 2004 a I Conferência Nacional do Esporte, que incluiu a necessidade de uma política de formação dos profissionais especializados, e finalmente uma política de reordenação do solo urbano, incluindo os espaços e equipamentos de lazer. O documento final da I Conferência Nacional do Esporte enfatiza a necessidade do estabelecimento de uma política pública voltada para o esporte e o lazer no Brasil, na qual estabelece 3 eixos do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer: a Política Nacional de Recursos Humanos, a Política Nacional de Financiamento e o controle Social (BRASIL, 2004).

No ano de 2006 foi realizada a II Conferência Nacional do Esporte. Um dos principais desafios apresentados na proposta foi de promover ampla mobilização, articulação e participação popular, avançando na construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e consolidação da Política Nacional do Esporte (BRASIL, 2009). Já no ano de 2010 foi feita a III Conferência Nacional do Esporte, que discutiu e aprovou o plano Decenal de Esporte e Lazer com linhas estratégicas e ações, visando ao desenvolvimento do esporte e lazer no país, tendo como objetivo principal consolidação das políticas públicas de esporte e lazer como políticas do Estado (BRASIL, 2010).

As atividades de esporte e de lazer, mais do que cumprir o tempo ocioso, eles desempenham um papel importante na vida das pessoas, que são fundamentais para o desenvolvimento da sociabilidade e das relações interpessoais. Cabe então ao poder

público, portanto, desenvolver estas atividades e ao mesmo tempo otimizar a interface existente entre a educação, a saúde, o esporte e o lazer como elementos básicos para a melhoria da sociedade como um todo. Daí a necessidade de pensar estrategicamente e urbanisticamente os espaços para a prática de esportes sem, contudo, causar prejuízos ambientais em diferentes esferas de manifestação: seja individual, seja, comunitária, seja coletiva.

Esse aspecto se refere ao Plano Diretor das Cidades. A análise sobre a legislação referente ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Aracaju, nas suas intersecções com o âmbito do esporte e lazer, gestão ambiental, mais especificamente na política do meio ambiente, explicitou elementos importantes para essa pesquisa. O Plano Diretor Estratégico é um instrumento previsto pelo Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001, que estabelece normas para promover o ordenamento do uso e ocupação do solo urbano, entre outros. Ao definir os fundamentos da política urbana, o Estatuto da Cidade torna-se um importante instrumento de gestão ambiental, já que a urbanização tem se configurado num dos processos mais impactantes ao meio ambiente (BRAGA, 2001).

Segundo Braga (2001), o plano diretor não só é um instrumento básico da política urbana municipal, como também se configura como um instrumento fundamental da política ambiental urbana. Além disso, a implementação dos instrumentos de gestão urbana previstos no estatuto da cidade depende, direta ou indiretamente, do plano diretor. Em relação aos objetivos da Política de Desenvolvimento Urbano em seu Art. 1º A Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município, conforme preconiza o Estatuto da Cidade e a Lei Orgânica, tem por objetivo o direito à cidade, ao cumprimento da função social da propriedade, à justa distribuição dos serviços públicos, da infraestrutura e dos equipamentos urbanos, a ordenação do uso e ocupação do solo e da produção do espaço urbano, inclusive das áreas de expansão, e a preservação do patrimônio ambiental e cultural, mediante gestão participativa.

Em seu Art. 2º O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável é o instrumento estratégico da Política de Desenvolvimento Urbano que orienta a ação dos agentes públicos e privados na produção e gestão do espaço urbano. Como instrumento de gestão territorial urbana, o Plano Diretor é também um instrumento de gestão ambiental urbana, talvez o principal deles, sobretudo pelo fato de não haver uma tradição de política ambiental em nível municipal no Brasil. Nesse sentido, em relação a política

de meio ambiente o plano diretor define como objetivo garantir e disciplinar ações necessárias à recuperação, preservação e conservação do meio ambiente natural e paisagístico, promover a qualidade de vida dos presentes e futuras gerações (art.10º).

O Plano Diretor do Município de Aracaju em sua política de desenvolvimento sustentável propõe algumas diretrizes de sustentabilidade como por exemplo estabelecer formas de desenvolvimento fundamentadas na responsabilidade social, ambiental, econômica, cultural e política de maneira a contemplar gerações presentes e futuras e buscar a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida de todos (art. 9º).

Em relação no Art. 12 para assegurar o objetivo disposto no Artigo 10, o Poder Executivo Municipal e os Conselhos Municipais deverão: I - garantir a efetiva participação da população na defesa e na preservação do meio ambiente; II - criar locais de convívio e lazer para a comunidade; III - criar um arquivo de imagens e levantamento cadastral dos imóveis, a fim de promover a valorização iconográfica de locais e monumentos culturais dentro do município e resguardar a identidade do cidadão com sua cidade; IV - garantir a manutenção da biodiversidade e dos bancos genéticos; V - promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, potencializando a Educação Ambiental voltada para mudanças culturais e sociais; VI - criar e aprimorar os instrumentos compensatórios, disponibilizando-os aos empreendedores e a quem se dispuser a assumir os encargos da preservação ambiental; VII - estabelecer, definir e ampliar mecanismos de participação da iniciativa pública e privada em empreendimentos de interesse público; VIII - estabelecer convênios e acordos com a União, o Distrito Federal, os Estados e outros Municípios, a fim de integrar e complementar as ações públicas necessárias ao eficaz gerenciamento do meio ambiente; IX - garantir a prevalência do interesse público e do uso social da propriedade; X - garantir o acesso às informações sobre o meio ambiente; XI - garantir a implantação de áreas verdes para uso público e privado; XII – garantir o acesso às informações sobre saneamento ambiental; XIII - normatizar o uso da comunicação visual para melhorar a qualidade da paisagem.

O Plano Diretor (2000) estabelece que a urbanização do território do Município se organiza em torno de elementos estruturadores e integradores. Os elementos estruturadores são os eixos que constituem o arcabouço permanente da cidade (rede hídrica estrutural, rede viária estrutural, rede estrutural de transporte público coletivo e rede estrutural de eixos e polos de centralidades) e os integradores (habitação, equipamentos sociais, áreas verdes, espaços públicos e espaços de comércio, serviço e

indústria) constituem o tecido urbano que permeia os eixos estruturadores e abriga as atividades dos cidadãos que deles se utilizam.

As áreas verdes são consideradas no plano como um elemento integrador da urbanização, através do Sistema de Áreas Verdes do Município. Esse sistema é constituído pelo conjunto de espaços significativos ajardinados e arborizados, de propriedade pública ou privada, necessários à manutenção da qualidade ambiental urbana tendo por objetivo a preservação, proteção, recuperação e ampliação desses espaços. O plano diretor estabelece as políticas públicas de áreas verdes, definindo a classificação do Sistema de Áreas Verdes do Município em Áreas de Interesse Ambiental. No Art. 158 - Consideram-se Áreas de Interesse Ambiental, as áreas de preservação, áreas de proteção, os espaços abertos e as paisagens notáveis do município, já definidos na legislação federal, estadual e municipal existente, bem como aqueles que assim vierem a ser definidos.

No Art. 24 - Consideram-se áreas de preservação, para os efeitos desta lei, aquelas destinadas à preservação dos ecossistemas naturais do município. § 1º - As áreas a que se refere, destinam-se a: I - preservação da vegetação nativa e ao equilíbrio do sistema de drenagem natural; II - preservação da diversidade das espécies; III - refúgio da fauna e proteção dos cursos d'água; IV - resguardo de áreas de riscos geodinâmicos e geotécnicos.

No Art. 27 - Consideram-se áreas de proteção pertencem ao grupo de unidades de conservação de uso sustentável. São áreas em geral extensas, com certo grau de ocupação

humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. No Art. 28 - As Áreas de

Proteção classificam-se em: I - parques ecológicos; II - faixas circundantes às dunas isoladas com mais de 10m (dez metros), aos mangues e às lagoas interdunares, bem como aquelas ao longo dos cursos d'água; III - áreas de risco; IV - lagoas interdunares, indicadas no Anexo V; V - paisagens notáveis.

No Art. 30 - Consideram-se Parques Ecológicos, as áreas verdes em acelerado processo de degradação ambiental ou cujo conjunto ainda seja de notável valor natural, destinados a uso público, a fim de garantir e promover o nível de arborização da cidade, e os índices de permeabilidade do solo e de proporcionar uma relação harmônica entre os meios antrópico e natural.

Para fim desta lei os espaços abertos são classificados como: No Art. 43 I - espaços reservados para fins de lazer, a) parques de recreação; b) praças; c) áreas e ruas destinadas ao lazer e ao esporte; d) jardins botânicos, zoológicos e hortos florestais e mirantes; II - áreas reservadas para futuras instalações de obras de infra-estrutura urbana ou destinada à segurança de infra-estrutura já instalada, consta no § 1º que os espaços abertos previstos só poderão ser utilizados e ocupados em conformidade com o sistema de classificação de Áreas de Interesse Ambiental.

Em relação a política de esporte e lazer o município teve estimular práticas esportivas e o livre exercício das atividades de lazer, será priorizado o incentivo ao esporte amador, às competições esportivas, à prática de esporte nas escolas e espaços públicos, o apoio à construção de instalações esportivas comunitárias e à ampliação de áreas públicas destinadas à prática esportiva individual ou coletiva (Art. 45 da Lei de complementar do PDDUS)

É interessante destacar a importância que ganha o Plano Diretor do Município, é fundamental destacar, também a importância do lazer e do esporte em geral que aparece no Plano, como um dos eixos de desenvolvimento econômico, como função social da cidade e como políticas públicas. Neste último aspecto, vale destacar a integração prevista com as demais políticas públicas municipais, e a dotação do município de infra-estrutura esportiva e de lazer.

No Art. 71 - Constituem diretrizes da política municipal do esporte e lazer: I - considerar o planejamento dos espaços públicos de lazer, integrados ao planejamento urbano; II - elevar a oferta de espaços urbanizados e equipados, para o exercício do lazer, de forma a atender a todas as faixas etárias e às pessoas portadoras de deficiências; III - estimular, através de premiações e distinções anuais, ações espontâneas de preservação, em relação aos espaços públicos de lazer e canteiros centrais de avenidas; IV - evitar a invasão de áreas destinadas a praças, promovendo a sua urbanização e manutenção, através de formas alternativas de cooperação entre moradores, iniciativa privada e poder público; V - recuperar a rua como espaço de convívio; VI - criar um sistema municipal de áreas de lazer, com diretrizes quanto a sua localização, hierarquia de atendimento, função e características físicas. Percebe-se assim o direito ao Esporte e ao Lazer, em consonância com a Constituição Federal, a garantia de espaços e equipamentos para essa finalidade, tanto naturais quanto construídos, de pessoal especializado, a articulação entre setores da área, e a participação na Região.

Diante do exposto, a realização da prática esportiva em espaços públicos exerce um papel importante na promoção de um estilo de vida ativo, pois representam uma alternativa de ampliação e democratização do acesso a locais propícios para prática de atividade física. No entanto, para Bedimo (2005) cabe também ressaltar que diversos aspectos como as condições de manutenção, acessibilidade, estética e segurança, bem como a qualidade e adequação dos atributos existentes nestes locais podem ser preponderantes para sua utilização como um espaço de lazer e de prática de atividade física (REIS, 2009). De acordo com Costa (2010) as áreas verdes, ao mesmo tempo que são locais de lazer e recreação, tem a capacidade de neutralizar por meio do relaxamento, os fatores urbanos estressantes, como ruído, calor e poluição do ar. Esta capacidade atua nos frequentadores, quando estes entram em contato com os elementos naturais destas áreas.

Um outro aspecto importante para a prática de esportes em espaços verdes urbanos públicos é que favorecem para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano. Enquanto espaços públicos, as áreas verdes, ou espaços verdes urbanos, podem constituir em locais para práticas sociais e culturais, encontros ao ar livre e para manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas. Além disso, a vegetação que geralmente está presente nessas áreas pode influenciar no microclima mediante a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes (OLIVEIRA e MASCARÓ, 2007).

Tais apontamentos revelam, portanto, os benefícios que as áreas verdes públicas urbanas podem proporcionar à saúde e ao bem-estar da população. Desse modo, a construção de novas áreas verdes, a revitalização das existentes, ou mesmo, a conservação da vegetação presente no espaço urbano, deve ser encarada pelos gestores municipais como benefício futuro a toda população citadina (PEREHOUSKEI e DE ANGELIS, 2012). A importância destas áreas deve ser considerada no momento em que se planeja a cidade, de forma a tirar vantagens de todas as possibilidades ecológicas (PEREHOUSKEI e DE ANGELIS, 2012), estéticas e sociais que elas podem oferecer, e assim contribuir, tanto para qualidade ambiental urbana, quanto para a qualidade de vida da população.

A gestão ambiental de espaços verdes urbanos públicos associada às questões da prática de esportes é um desafio. A gestão ambiental presume o planejamento e a avaliação de ações ambientalmente sustentáveis que não se retêm à mera execução de construções públicas destinadas à convivência e ao lazer das populações. A questão é muito mais complexa do que se imagina. Bezerra (2010) afirma que as políticas

públicas de desenvolvimento, no caso da gestão ambiental em municípios, historicamente, nasciam nos níveis federativos sem conexão com as características intrínsecas de cada localidade.

Por fim, no âmbito das políticas públicas, são os procedimentos associados às demandas da sociedade civil organizada que resultam em maior ou menor resolução de problemas de alocação de bens e recursos. Por isso, fala-se em gestão descentralizada e em associação com a gestão ambiental ou a busca pela sustentabilidade na implementação e gestão de projetos urbanos (FIORILLO, 2008). A gestão ambiental dentro da gestão pública sustentável inclui os aspectos atitudinais na busca da qualidade total e da boa imagem política no modo de gerenciar o serviço público. Por isso, o importante é o reconhecimento de parâmetros e critérios adotados pelos planejadores e executores de projetos e programas de gestão ambiental de espaços verdes urbanos públicos associada às questões da prática de esportes na cidade.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou caracterizar e analisar a gestão ambiental de áreas verdes urbanas destinadas à prática de esportes. A partir dos resultados obtidos, observa-se que a gestão ambiental na cidade de Aracaju ocorre de modo burocrático e formal, porém, prevalecendo a dimensão econômica sobre as dimensões ambientais. O que nos permite inferir que a prática de esportes em áreas verdes do espaço público urbano pode ser considerada como parte desse sistema burocrático, através da qual ocorre a visibilidade das ações da administração pública de modo mais efetivo, a qual busca consolidar a produção de indicadores socioeconômicos em vista a aprovação do gerenciamento financeiro-orçamentário da gestão pública municipal e ao reconhecimento público de ações do governo municipal em torno de um mote de gestão que se tornou a “qualidade de vida” do povo aracajuano.

Nesse sentido, acredita-se que o objetivo geral foi alcançado, uma vez que os elementos e fatores tirados da literatura e da análise dos dados permitiram corroborar com a identificação de limites e ganhos da gestão de áreas verdes, associadas à prática de esportes em Aracaju. Os procedimentos de análise da pesquisa, entrevistas e a análise documental, permitiram compreender aspectos relevantes da gestão de áreas verdes e prática de esportes na cidade de Aracaju, dentre eles se destacam: (a) elaboração multidisciplinar de projetos de urbanização associando prática de esporte e área verde; (b) acompanhamento e desenvolvimento de ações ambientais programadas por profissionais acadêmicos, com formação técnica e científica, em educação ambiental; (c) definição e manutenção de carreiras públicas relacionadas às questões ambientais e ao planejamento urbano ambiental na estrutura burocrática municipal.

Quanto à elaboração multidisciplinar de projetos de urbanização associando prática de esporte em área verde é possível reconhecer a existência de profissionais com formação acadêmica consolidada institucional e socialmente. A equipe das diferentes Secretarias Municipais ligadas à gestão ambiental é formada por agentes públicos

reconhecidos pela sociedade em suas atividades profissionais, mesmo que durante a formulação dessa pesquisa, tenha se tornado muito difícil o acesso direto integral a todos os membros das equipes. Foi possível, inclusive encontrar, mais de seis ex-alunos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA – UFS), além de professores-pesquisadores, ainda em atuação dentro do referido Programa de Pós-Graduação. Justificou-se, tal dificuldade, pela rotina de ações, fato que não coincidia o contato, nem agendado, nem improvisado, entre pesquisador e os supracitados membros das Secretarias. No entanto, a dificuldade de contato não invalida a proposição segundo a qual existem profissionais aptos para exercer funções dentro das estruturas dos órgãos analisados.

Quanto ao acompanhamento e desenvolvimento de ações ambientais programadas por profissionais acadêmicos, com formação técnica e científica, em educação ambiental, pode-se afirmar que é a parte mais diretamente voltada à formalização e realização dos projetos ou programas de uso coletivo (público e socialmente respaldado) de espaços urbanos de área verde. Nesse sentido, as ações são voltadas para a motivação ao lazer e a convivibilidade entre as pessoas, tendo como carro-chefe levantamentos sobre áreas de risco, problemas ambientais complexos (físicos, naturais, socioambientais, sanitários etc.) e as questões da violência, degradação e depredação ambiental pelos efeitos da ação antrópica, hábitos culturais ou até mesmo desconhecimento sobre a problemática ambiental existente em cada região da cidade.

A prática de esportes não é vista como elemento central nesse tipo de trabalho de educação ambiental. A qualidade de vida, como eixo da maioria das ações das Secretarias, inclusive a Secretaria de Esportes, é meio de propagação de ideias as quais todos defendem e acreditam ser importante, mas, a qualidade de vida não se torna uma finalidade concretamente avaliada. Perde-se, portanto, na falta de organização dos setores quanto à composição de memórias institucionais, o que dificulta o conhecimento e a compreensão sobre o objeto de pesquisa.

No que se refere à definição e manutenção de carreiras públicas relacionadas às questões ambientais e ao planejamento urbano ambiental na estrutura burocrática municipal está explícito interesse em debater, produzir ações e interferir em processos sociais que afetam diretamente o meio ambiente. A situação, nesse elemento de análise, é bastante delicada. Não foi possível o acesso a documentos oficiais que demonstrassem a existência de plano de carreira com toda a cobertura de funções encontradas nas

Secretarias. Isso permite afirmar que a administração pública deixa a desejar o princípio de transparência, mas, não se agrava pela intensa atuação que desenvolve junto às comunidades dentro da capital sergipana.

Desse modo, pode-se afirmar, em relação aos projetos de áreas verdes, que existem avanços que incorporam um olhar ambiental considerando, por exemplo um dos elementos naturais existentes no local. A exemplo do projeto de Arborização Urbana de Aracaju, partindo-se do pressuposto de que a cobertura arbórea desempenha função expressiva no clima urbano e deve ser parte do planejamento e da gestão das áreas verdes. O projeto elaborado por equipe multidisciplinar para a criação e gestão de praças, além do Sistema de Áreas Verdes, em fase de implementação, também podem vir a contribuir para um processo mais eficiente. Neste sentido foram considerados um planejamento de curto, médio e longo prazo da vegetação e com um intuito de plantar novas árvores.

Quanto ao acompanhamento e desenvolvimento de ações ambientais profissionalmente programadas destaca-se, no trabalho de educação ambiental, voltado às equipes gestores (na subprefeitura), em busca de resultados positivos no que se refere à gestão de áreas verdes urbanas, a participação ativa da sociedade por meio de interação direta e contínua entre grupo gestor e comunidades de base no município. Destaca-se, ainda, o papel da sociedade na oferta de áreas verdes em Aracaju. De modo efetivo, a participação social foi apontada como favorável para proteção e gestão dessas áreas verdes. Contudo, essa participação ocorre de forma pontual, abrangendo por demanda a ampliação da oferta de novas áreas verdes.

A existência de gestores com iniciativa e preparo técnico é outro fator que pode contribuir positivamente na oferta de áreas verdes. Portanto, é necessário fortalecer o corpo técnico qualificado do Estado, priorizando funcionários de carreira de modo a favorecer a implementação e continuidade das ações. O que se conclui é que, em termos de gestão de áreas verdes, o Município de Aracaju está bem instrumentalizado. Possui estrutura institucional e legal para empreender as ações ambientais e tem buscado a concretização de um planejamento pautado em planos, programas e projetos.

Principalmente, cabe destacar que projetos ou planos ligados à prática de esportes nos espaços públicos urbanos (com área verde), onde apresenta a existência de alguns desses projetos, outros, que não existem mais por questões políticas, requer do Poder Público Municipal esclarecimentos e avaliação de resultados, já que o objetivo desses projetos é de fomentar a prática de esportes para uma melhor qualidade de vida. Além

disso, outro aspecto em destaque, foi a questão das dificuldades de manutenção desses espaços, em função, principalmente, da falta de equipes suficientes.

Finalmente, destacam-se como pontos positivos da pesquisa a abrangência e o olhar interdisciplinar sobre o tema. A análise permitiu explorar os discursos dos entrevistados em contraponto com a literatura existente, além de favorecer a apreensão do problema de pesquisa sob uma perspectiva sistemática, de modo que a questão de políticas públicas contida no Plano Diretor de Aracaju não só engloba a associação entre questões da gestão pública de espaços urbanos, gestão de áreas verdes e a prática de esportes, mas, em definitivo, considera um marco importante para a consolidação das interações sociais, culturais, políticas, econômicas e humanas no espaço geográfico rico em contradições que é a cidade.

REFÊRENCIAS

- ABERCROMBI, L. C.; SALLI, J. F., CONWAY. **Income and Racial Disparities in Access to Public Parks and Private Recreation Facilities**. Am J Prev Med, 34(1):9-15 2008.
- ACSELRAD, H. Discurso Da Sustentabilidade Urbana. **Anais de Encontros Nacionais da ANPUR**, v.8, 2013.
- ADRIANO, J. R. et al. A Construção de Cidades Saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 53-62, 2000.
- ALMEIDA, M; GUTIERREZ, G. Políticas Públicas de lazer e qualidade de vida. In: VILARTA, Roberto (Org.). **Qualidade de vida e políticas públicas**. Campinas: IPES editorial, 2004.
- ALVES, Glória da Anunciação. Cidade: espaço de revelação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Ensaios de Geografia contemporânea**. Milton Santos: Obra revisada. São Paulo, Hucitec, 1996.
- AMENDOLA, F.; OLIVEIRA, M. A. C.; ALVARENGA, M. R. M. Qualidade de Vidados Cuidadores de Pacientes Dependentes no Programa de Saúde da Família. **Texto & Contexto**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 266-272, 2008.
- AMORIM, C. da C. T. Caracterização das áreas verdes em Presidente Prudente/SP. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente, 2001. p. 37-52.
- ANDRADE, I. **Jardins Históricos Cariocas**: significação e preservação. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 181f. .
- ANDRADE, Júlia. O espaço sem cidadão e um cidadão sem espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Ensaios de Geografia contemporânea**. Milton Santos: Obra revisada. São Paulo, Hucitec, 1996.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.
- ARANHA-SILVA, E. Lazer nos Espaços Urbanos. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 1, n. 1, p. 54-68, 2004.
- ARAÚJO, H. M.; VILAR, J. W. C.; WANDERLEY, L. L. de; SOUZA, R. M. (Org.). **O Ambiente urbano**: visões geográficas de Aracaju. São Cristovão: Editora UFS, 2006.
- ARAÚJO, José Alencastro de. **Manual de Sistema de Gestão Ambiental**. Editora Idéia Dois. Piracicaba SP, 1997.
- AZADI H., Ho, P., Hafni, E., Zarafshani, K., & Witlox, F.. Multi-Stakeholder Involvement and Urban Green Space Performance. **Journal of Environmental Planning and Management** , 54 (6), 785-811. 2011.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora Vozes. Petrópolis RJ, 1998.

- BARBIRATO, G. M.; SOUZA, L. C. L. D.; TORRES, S. C. **Clima e Cidade: a abordagem climática como subsídio para estudos urbanos**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- BARCELLOS, V. Q. Os Parques: velas ideais e novas experiências. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**. São Paulo: FAUUSP, n. 13, p. 29-48, dez. 2002.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.
- BARRETO, D. M. **A construção do desenvolvimento de Sergipe e o papel do CONDESE**. Aracaju: UFS. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais), 2003
- BARTALINI, V. **Áreas verdes e espaços livres urbanos: paisagem e ambiente**. São Paulo: Ensaios, 1986.
- BEDIMO, R. R.; MOWEN, A. J.; COHEN, D. A. The Significance of Parks to Physical Activity and Public Health: a conceptual model. **American journal of preventive medicine**. 28(2 Suppl 2):159-68, 2005.
- BENINI, S. M. Encarnita Salas. Decifrando As Áreas Verdes Públicas. **Formação (Online)**, v.2, n.17, 2011.
- BEZERRA, Aline S. S. Gestão Ambiental no município. In: SOARES, M. J. N. e FILHO, D. (Orgs.). **Meio ambiente, sustentabilidade e saneamento**. Porto Alegre, Redes, 2010.
- BRAGA, R. Gestão ambiental no Estatuto da Cidade: alguns comentários. In: CARVALHO, Pompeu F. de; BRAGA, Roberto (Orgs.) **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001. pp. 111 a 119.
- BRASIL. Caderno 2: **Construindo o Sistema nacional de Esporte e Lazer**. In: Coletânea Esporte e Lazer: Política de Estado. Brasília, Ministério do Esporte, 2009.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei n.10.257, de 10 julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- BRASIL. **I Conferência Nacional do Esporte**– Texto Básico. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004.
- BRASIL. **III Conferência Nacional de Esporte - Resoluções**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conselhos de Meio Ambiente do Brasil**. Disponível, <http://www.mma.gov.br/port/conama/conselhos/conselhos.cfm>. Acesso em 15. nov. 16
- BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.
- BUSTOS ROMERO, M. A. **A Arquitetura Bioclimática do Espaço Público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. (Repensando a Geografia) 8ª edição. São Paulo. Contexto, 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996;
- CARVALHO, S.N. **Planejamento Urbano e Democracia: a experiência de Santos**. Tese de Doutorado. Campinas, Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1999.

- CASSOU, A. C. N. **Características Ambientais, Frequência de Utilização e Nível de Atividade Física dos Usuários de Parques e Praças em Curitiba. PR.** Dissertação de mestrado para título mestre em Educação Física na Universidade Federal do Paraná, 2009.
- CAVALCANTI, C. Meio ambiente, Desenvolvimento sustentável e políticas públicas. In: _____. (Org.). **Política de Governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra.** São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- CAVALHEIRO, F. Proposição de Terminologia Para o Verde Urbano. **Boletim Informativo Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Rio de Janeiro: SBAU, ano VII, n.3, p.7, jul./ago./set. 1999.
- CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: **Anais do 1º Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana e 4º Encontro Nacional sobre Arborização Urbana.** Vitória, ES, 1992. p. 29-38.
- CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008
- CERQUEIRA, Flora. Gestão Ambiental na realidade. In: **Jornal do Meio Ambiente** - ano III, nº 12, dez. /97, pág. 5. Niterói RJ, 1997.
- CHEMIN, B. F. **Políticas Públicas de Lazer: o papel dos municípios na sua implementação.** Curitiba: Juruá, 2007.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração: Uma Visão Abrangente da Moderna Administração das Organizações** (7 ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier. 2003.
- CHRISTOFOLETTI, A. Caracterização do sistema ambiental. In: _____ **Modelagem de Sistemas Ambientais**, São Paulo: Edgard Blucher Ltda., 1980. p 35-49
- CONFORME, J, M. **Ciudad y Espacios Verdes.** Madri, Servicio Central de Publicaciones, Ministerio de laVivienda, 1971.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2003.
- COSTA, C. S. Áreas Verdes: um elemento chave para a sustentabilidade urbana. **Arquitextos**, São Paulo, v. 11, 2010.
- DIECKERT, J. **Peculiaridade e Autonomia do Esporte de Lazer**, In: Esporte de lazer tarefa e chance para todos. Rio de Janeiro: 1984.
- DINIZ, C. C. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas.** Brasília: IPEA, Texto para Discussão n. 375, 1995.
- DINIZ, D. M. F. L. A propriedade da terra e a questão agrária. In: In: DINIZ, D. M. (Coord.). **Textos para a História de Sergipe.** Aracaju: UFS/BANESE, 1991.
- DINIZ, J. A. F. A zona de influência de Aracaju. **Revista Brasileira de Geografia.** ano XXXI, n. 3, p. 103-150, 1970.
- DINIZ, J. A. F. O subsistema urbano-regional de Aracaju. Recife: SUDENE-PSU-SER, 1987.
- DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

DUARTE, A. C. Aracaju e sua região. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, ano 30, n. 20, pp. 3-130, jan./fev. 1971.

DUMAZEDIER, J. **Valores e Conteúdos Culturais do Lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

FERNANDES, E. **Direito urbanístico**. São Paulo: Del Rey, 1998

FERNANDES, Jorge Monteiro. **Gestão da Tecnologia como parte da estratégia competitiva das empresas**. IPDE – Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Educação Brasília DF, 2003.

FERREIRA, R. A et. al. **Manual de Arborização Urbana de Aracaju**: praças. 2011.

FIORILLO, C. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 9ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

FREITAS, A. **ICMS Ecológico**: Um instrumento para a conservação. WWF Brasil Brasília DF. 1999.

FREITAS, J, C. **Interesses Meta Individuais Urbanísticos**. Temas de Direito Urbanístico. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Ministério Público do Estado de São Paulo, 1999.

FUSTER, J. **Activitats Fisiques** em El Medi Natural: Efects de la pratica sobre la desporta emocional. Dissertação de doutoramento. INEFC Espanha, 1995.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. **Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão**. In: GAIO, R. (org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

GALENDER, F. A ideia de sistema de espaços livres públicos na ação de paisagistas pioneiros na América Latina. **Paisagens em Debate** - Revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU. USP - n. 03, nov. 2005.

GALENDER, F. C. Considerações Sobre A Conceituação Sobre Espaços Públicos. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP, n. 4, dez. 1982.

GANGLOFF, D. Urban forestry in the USA. In: **Second National Conference on Urban Forestry**. USA, K D. Collins, 1996.

GIDLOW, C. J., Ellis, N. J., & Bostock, S. Development of the Neighbourhood Green Space Tool (NGST). **Landscape and Urban Planning**, 106, 347–358. 2012.

GOMES, Paulo César. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil 2ª ed., 2006;

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. P. 79-108.

GUERRA, A. J. T. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005.

GUITART, Anna Ortiz. Uso de los espacios públicos y construcción del sentido de pertenencia de sus habitantes en Barcelona. In: LINDON, Alicia; AGUILAR, Miguel Ángel; HIERNAUX, Daniel. (Coords.) **Lugares e imaginarios en la metrópolis**. México: UAM – Iztapalapa. Div. Ciências Sociales y Humanidades, 2006.

GUZZO, P. **Estudos dos espaços livres de uso público e da cobertura vegetal em área urbana da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo**. Dissertação (Mestrado em

Geociências). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1999.

HAQ, S. M. A. Urban green spaces and an integrative approach to sustainable environment. **Journal of environmental protection**, 2(05), 601,2011.

HARDER, I. C., RIBEIRO, R. d., & TAVARES, A. R. Índices de Área Verde e Cobertura Vegetal para as Praças do Município de Vinhedo, SP. **Revista Árvore** (30), 277-282.2006.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980;

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

HOWLEY, E. T. **Manual do instrutor de condicionamento físico para a saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n.118, p. 189-205, mar. 2003.

JACOBI, Pedro. FERREIRA, Lúcia da Costa (Orgs.) **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil**. São Paulo: ANPPAS, Annablume, 2006.

JESUS, S.C.; BRAGA, R. **Análise Espacial das Áreas Verdes Urbanas da Estância de Águas de São Pedro – SP**. Caminhos de Geografia, v.18, n.16, p. 207- 224, out. 2005.

KACZYNSKI, A.; HENDERSON, K. Environmental Correlates of Physical Activity: A Review of Evidence About Parks and Recreation. **Leisure Sciences**, v. 29, p. 315-354, 2007.

KINLAW, Dennis C. **Empresa Competitiva e Ecológica**: estratégias e ferramentas para uma administração consciente, responsável e lucrativa- desempenho sustentado na era ambiental.Tradução Lenke Peres Alves de Araújo. São Paulo SP: Editora MAKRON BOOKS,1997.

KIPERSTOK,Asher et al. **Prevenção da Poluição**: tecnologias e gestão ambiental Brasília. DF : SENAI / DN, 2002.

LAREDO, R., & SOMENK, N. **Gestão Compartilhada na Manutenção dos Espaços Públicos da Cidade**: Um olhar sobre a subprefeitura de Pinheiros em São Paulo. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, 2014.

LEE, A. C. K., MAHESWARAN, R. (2011). The Health Benefits Of Urban Green Spaces: a Review Of The Evidence. **Journal of Public Health**, v.33, n.2, p.212-222

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, M. A. F. P. A natureza e a cidade: rediscutindo suas relações - o novo mapa do mundo. In:_____. **Natureza e sociedade hoje**: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 139 -144.

LIMA NETO et al. Análise das Áreas Verdes das Praças do Bairro Centro e Principais Avenidas de Aracaju - Se. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 2, p. 17-33, 2007.

LIMA NETO, E. M. **Índices Espaciais da Arborização Urbana em Áreas Verdes de Aracaju, Sergipe**. São Cristóvão: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Sergipe, 2008. 45p. (Monografia, Bacharelado em Engenharia Florestal).

- LIMA, A. M. L.P. et al. Problemas de utilização na Conceituação de Termos como Espaços Livres, Áreas Verdes e Correlatos. In: **Anais do II Congresso de Arborização Urbana**. São Luis, MA, 1994. p. 539-553.
- LIMA, V; AMORIM, M, C, C, T. Qualidade Ambiental Urbana de Osvaldo Cruz/SP. In: **Simpósio Nacional de Geografia Física Aplicada**, XIII, 2007.
- LINDHOLS, A. C. Improving Contract Design and Management for Urban Green-Space Maintenance Through Action Research. **Urban Forestry & Urban Greening**, 7, 77–91.2008.
- LOBODA, C, R; ANGELIS, B, L, D, D. **Áreas Públicas Urbanas: conceito, uso e funções**. *Ambiência*. Guarapuava, PR, v.1 n.1, p. 125-139, jan./jun, 2005.
- LOBODA, Carlos Roberto e DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes Públicas Urbanas: conceitos, usos e funções. **Revista Ambiência**. Guarapuava: Paraná. v1. n1. jan/jun, 2005.
- LOIS, E; LABAKI, K, L, C. Conforto Térmico em Espaços Externos: uma revisão. In.: **VI Encontro Latino-Americano de Conforto no Ambiente Construído**. São Pedro. São Pedro: ANTAC, 2001.
- LOPES, Ignez Vidigal et al. (Orgs.). **Gestão Ambiental no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro RJ, 1998.
- LOW, S.; TAPLIN, D.; SCHELD, S. **Rethinking Urban Parks: public space and cultural diversity**. Austin: University of Texas Press, 2005.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora Edusp, 2002.
- MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- MASCARENHAS, F. **Lazer e Grupos Sociais: concepções e método**. Dissertação de Mestrado, Campinas: FEF/Unicamp, 2000.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (Org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.
- MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.
- MCCORMACK, G. et al. Characteristics of Urban Parks Associated With Park use and Physical Activity: A review of qualitative research. **Health & Place**, v. 16, p. 712-26, 2010.
- MEIRELLES, H, L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- MENDONÇA, M. G.; LIMA, S. C. **Histórico da Gestão Ambiental no Município de Uberlândia**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 8–17, set. 2000.
- MILANO, M. S. **Arborização Urbana**. In: Curso sobre arborização urbana. Resumos. Curitiba, UNILIVRE/Prefeitura Municipal de Curitiba / Sociedade de Arborização Urbana, 1993.
- MILLER-JÚNIOR, G. T. **Ciência Ambiental**. 11 ed. norte-americana. Tradução de All Tasks; revisão técnica de Welington Braz Carvalho Delitti. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e Saúde: um debate necessário. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo, Contexto, 2007

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 4a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 2a ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

MOSER, G. **O que é psicologia ambiental?** Palestra proferida na Biblioteca, 2016.

NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NOGUEIRA, A.; WANTUELFER, G. **Florestas Urbanas: planejamento para melhoria da qualidade de vida**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.

NUCCI, J.C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. São Paulo, SP: Humanitas, 2001.

OLIVEIRA, C.H. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas**. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1996.

OLIVEIRA, José Antônio Pupim de. **Instrumentos Econômicos para Gestão Ambiental: Lições das experiências nacional e internacional**. Série: Construindo os Recursos do Amanhã – Volume 3. NEAMA e CRA. Salvador BA, 2003.

OLIVEIRA, L. A. de; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007.

PARK, R. E. A cidade: sugestão para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 26- 57.

PEREHOUSKEI, N. A.; DE ANGELIS, B. L. D. **Áreas Verdes e Saúde: paradigmas e experiências**. Diálogos & Saberes, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 55-77, 2012.

PHILIPPI JR., A. BRUNA, G. C. Enverdecimiento urbano en Brasil: un estudio de caso. In: KRISHNAMURTHY, L.; NASCIMENTO, J. R. (Eds.). **Áreas Verdes Urbanas en Latinoamérica y el Caribe**. Chapingo: Universidad Autónoma Chapingo, 1998. 412p.

PHILLIPS, B.S. **Pesquisa social: estratégias e táticas**. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1974.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica**. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PIRES, G. **Espaços naturais e desporto de aventura**. In congresso europeu do desporto para todos – espaços e equipamento desportivo, 1991.

PORTO, Fernando F. **A cidade de Aracaju (1855 – 1865)**. Ensino de evolução urbana. 2ed., Aracaju: FUNDESC. 1991.

PUPPI, I. C. **Estruturação sanitária das cidades**. São Paulo: CETESB, 1981.

- RECHIA, S.; BELTRÁN, J. O. **Parques urbanos de Barcelona**: relação entre usos principais e combinados, a diversidade nas formas de apropriação e a segurança. Porto Alegre, v. 3, n. 16, p. 181-202, 2010
- REIS, R, S; HINO, A, A; FLORINDO, A, A; ANEZ, C, R; DOMINGUES, M, R. Association Between Physical Activity in Parks and Perceived Environment: A Study With Adolescents. **Journal of physical activity & health**. 6(4):503-9. Epub 2009/10/22. 2009.
- RIBAS, J. R.; SMITH, S. B. M. O marketing verde recompensa **Cadernos de Gestão Social**. v. 2, n. 1, 2009.
- RICCI, R. Controle Social: Um Conceito e Muitas Confusões. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 98, jul. 2009.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. Praças Brasileiras. **Estudos Geográficos**: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, v. 2, jul-dez – 2004.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes. **Sociologia das profissões**. Oeiras, Celta Editora, 1997.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ROSSET, F. **Procedimentos Metodológicos para Estimativa do Índice de Áreas Verdes Públicas**. Estudo de caso: Erechim, RS. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos. 60 p. São Carlos, 2005.
- SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Trad. Magda Lopes, - São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Cidade Aberta), 1993.
- SANTOS, C. Z. A.; FERREIRA, R. A.; SANTOS L. R.; SANTOS, L. I.; GOMES, S. H.; GRAÇA, D. A. S. Análise Qualitativa da Arborização Urbana de 25 vias Públicas da Cidade de Aracaju-SE, **Revista Ciência Florestal**, UFSM (2013, no prelo).
- SANTOS, E. S. Perfil dos Usuários do Parque Esportivo Eduardo Gomes/ Canoas/RS. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 70-86, 2007.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, M. **Espaço do cidadão**. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1997
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Maria Nely. **Aracaju**: Um olhar sobre sua evolução. Aracaju: Triunfo, 2008.
- SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Modernidade e Moradia: Aspectos do pensamento sobre habitação popular no processo de modernização das cidades sergipanas

(1890-1955). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. n.40. Aracaju: 2010, p. 93-112.

SANTOS, E. S. **Reflexões sobre a Utilização de Espaços Públicos para o Lazer Esportivo**. RA'E GA 2006; 11:25-33.

SARAIVA, C. P. **A periferia Consolidada em São Paulo: Categoria e Realidade em Construção**. Tese de mestrado, 147. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 2008.

SAYAGO, D.E; PINTO, M. O. **Plano Diretor**: instrumento de política urbana e gestão ambiental. In: Anais VI Encontro Nacional de Economia Ecológica. Brasília, 2005

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE – SVMA; CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. **Indicadores ambientais e gestão urbana: desafios para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio ambiente: Centro de Estudos da Metrópole, 2008.

SENADO FEDERAL. **Constituição 1988**: Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas ementas constitucionais nos 1/92 a 30/2000 e emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6/94-Edição atualizada em dezembro de 2000. Brasília: Senado Federal, 2001.403

SHARKEY, B. J. **Condicionamento Físico e Saúde**. Porto Alegre: ArtMed, 1998

SILVA FILHO, C. A. **Proteção e fomento da vegetação no município de São Paulo**: possibilidades, alcance e conflitos. 2005, 311p. Tese (Doutorado em Arquitetura) Universidade de São Paulo. FAUUSP, São Paulo, 2005.

SILVA, E. A. P. C. *et al.* **Sociedade, Cultura e Saúde**: motivação na utilização de espaço público de lazer. Movimento, v. 18, n.1, p. 171- 188, 2012.

SILVA, J, A . **Direito Ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, J, A, D. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 5. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, J. R. M. **Análise das Erradicações na Arborização Urbana de Recife PE**: Uma contribuição ao paisagismo e a qualidade ambiental. Dissertação 156(Mestrado em Desenvolvimento Meio Ambiente - PRODEMA) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.

SILVA, L. J. M. **Parques Urbanos: A Natureza na Cidade** - Uma Análise da Percepção dos Atores Urbanos. Dissertação (Mestrado) Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília,p 114, 2003.

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. Tradução Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, A. V. M. Metodologia e Heurística na Pesquisa Interdisciplinar: questões formativas e justificação pública. In: SILVA, Gicélia Mendes da; Luna, Jayro; SOARES, Maria José nascimento (Orgs.). **Diálogos Teóricos e Práticos com a Pesquisa**. 1ed.São Paulo: Vila Rica, 2014.

SOUZA, Fernando Antônio Santos. Um olhar sobre Aracaju em busca de um novo paradigma urbano. In: FRANÇA, Vera Lúcia Alves; FALCON, Maria Lúcia de Oliveira. **Aracaju**: 150 anos de vida urbana. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005, p. 41-52.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. O direito à cidade de Aracaju. In: FRANÇA, Vera Lúcia Alves; FALCON, Maria Lúcia de Oliveira. **Aracaju: 150 anos de vida urbana**. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005, p. 95-108.

SOUZA, Rosemeri Melo e SOARES, Maria José Nascimento (Orgs.). **Sustentabilidade, cidadania e estratégias ambientais: a experiência sergipana**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2008.

TAVARES, Ricarda Lucilia Domingues. **Lugar & patrimônio: Significados para a memória**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

TEIXEIRA, O. P. B. **O Direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006.

TELLA, Guillermo. En busca de nuevas utopías: el papel del espacio público en la ciudad consolidada. Buenos Aires: **Forum UNESCO-Universidad y Patrimonio: El rol de la universidad en la formación, difusión y conservación del patrimonio**; Ediciones FADU, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo; Universidad de Buenos Aires, 2004. pp.72-85.

THE WHOQOL GROUP. **The World Health Organization Quality of Life** Measuring quality of life. Geneva (Switzerland), 1997.

TOLEDO, F.S; SANTOS, D.G. Espaços Livres de Construção. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, SP, v.3, n.1, p. 73-91, mar. 2008

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: Diretoria Técnica: SUPREN, 1977.

TUAN, Y. **Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Londrina: EDUEL, 2012.

VAINER, C. B. Pátria, Empresa E Mercadoria. Notas sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. **Anais de Encontros Nacionais da ANPUR**, v.8, 2013.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 2º ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História Para o Ensino Médio: história geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2002.

VIEIRA, P. B. H. **Uma visão geográfica das áreas verdes de Florianópolis, SC: estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG)**. Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso, Florianópolis, SC, 2004.

WEISS, C. *et al.* Reconsidering Access: Park Facilities and Neighbord Disamenities in New York city. **Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine**, v. 88, n. 2, p. 297-310, 2011.

WESTLEY, W. A. Problems and Solutions in The Quality of Working Life. **Humans Relations**. V. 32, N. 2, P. 111-123, 1979.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Como é feita a gestão de áreas verdes em Aracaju?
- 2) Existe projetos ou programas voltados para gestão de áreas verdes?
- 3) Qual o grau de sustentabilidade e funcionalidade dessas áreas?
- 4) Há o envolvimento da população nessas áreas verdes?
- 5) Como é feita a gestão de espaços públicos em Aracaju?
- 6) Quais as dificuldades encontradas nessa gestão de espaços públicos?
- 7) Existe projetos ou programas voltados para a prática de esporte nos espaços públicos. E como é feito o acompanhamento e a avaliação desses projetos?
- 8) Visão do gestor o que leva as pessoas as frequentarem esses espaços públicos destinados à prática de esportes?